



Embrapa Agricultura Digital

EDITAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - MAPA

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Eletrônico SRP - Embrapa nº 90002/2026 (UASG 135027)

OBJETO: Registro de Preço para a futura e futura e eventual **aquisição de materiais de consumo (material elétrico, hidráulico, de manutenção e ferramentas), novos e de primeiro uso**, para atendimento das necessidades operacionais, administrativas e finalísticas de pesquisa da Embrapa Agricultura Digital, sediada em Campinas/SP, de acordo com as especificações técnicas, condições, quantidades e padrões de desempenho e qualidade estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO☒ Menor Preço☐ Maior Percentual de Desconto**MODO DE DISPUTA**☐ ABERTO☒ ABERTO E FECHADOData de Abertura: 30/06/2025 às 09h00, sítio www.gov.br/compras**Valor total estimado:** Em regra sigiloso (Lei nº 13.303/2016 e RLCC), observando-se o contido no art. 34 e parágrafos da Lei nº 13.303/2016.**DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas para atender a esta licitação, no presente exercício, estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Embrapa para o exercício de 2026/27, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 135027

Vistoria	Instrumento de Contratação	Forma de Adjudicação	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO			
Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Anexo V - Autorização de Fornecimento/Serviço (AF/AS)	Por item <input checked="" type="checkbox"/> Por Lotes <input type="checkbox"/> Preço Global <input type="checkbox"/>	Requisitos Básicos: Item 8 do Edital	<input type="checkbox"/> Haverá inversão de fases (habilitação antes da apresentação das propostas e lances)? Requisitos Específicos: - Atestado de Capacidade Técnica Conforme disposto no item 5 do Termo de Referência		
Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?	Exige Amostra/Dem.?	Dec. nº 7.174/2010?	Possibilidade de preços diferentes	Possibilidade de oferta inferior à quantidade máxima	Prazo para envio da proposta/documentação adequada ao último lance ofertado
Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	Até 2 horas após a convocação realizada pelo pregoeiro.
Pedidos de Esclarecimentos		Impugnações				
Até 3 (três) dias, úteis, anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, para o endereço eletrônico: cnptia.spa@embrapa.br		Até 3 (três) dias, úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública para o endereço o endereço eletrônico: cnptia.sps@embrapa.br				

DAS PROPOSTAS**PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS SERÁ DE 90 (noventa) DIAS a contar da sua apresentação.**

1. Após a conclusão do processo licitatório, com a homologação e adjudicação do objeto ao vencedor, a Embrapa somente contratará se houver disponibilidade financeira para arcar com as despesas contratuais, no exercício em curso. Caso, por razões de contingenciamento orçamentário, que afetem o planejamento orçamentário anual realizado, após a homologação e adjudicação do objeto não for possível empenho dos valores contratuais durante o prazo de validade das propostas, a Embrapa adotará os seguinte procedimentos, quando da disponibilidade financeira:

a) Consulta ao adjudicatário sobre o interesse em manter sua proposta e as demais condições licitadas, para efetiva contratação;

b) Caso o adjudicatário não manifeste interesse na manutenção de sua proposta, a Embrapa convocará os demais licitantes, na forma do inciso I do §2º do artigo 75 da Lei 13.303/2016, segundo a ordem de classificação, para, se quiserem, assumam as condições da proposta vencedora, para efetiva contratação;

2. Por imposição de novas circunstâncias orçamentárias, em decorrência de ações de contingenciamento impostas pelo Governo Federal, a Embrapa poderá reduzir o escopo das contratações (redução quantitativa), desde que não afete as condições de habilitação e demais condições vinculadas à igualdade, economicidade e publicidade do certame.

3. Sendo o caso de redução quantitativa do objeto, a negociação prevista nos itens anteriores deverá observar essa circunstância.

4. Em todos os casos, caso entre a data de apresentação da proposta vencedora da licitação e a efetiva contratação, decorra tempo superior a 12 (doze) meses, os valores da proposta poderão ser reajustados pelo IPCA, caso outro índice não tenha sido indicado no Edital e seus anexos.

OBSERVAÇÕES GERAIS: HAVENDO DIVERGÊNCIA ENTRE A DESCRIÇÃO CATMAT/CATSER E O TERMO DE REFERÊNCIA, PREVALECE ESTA ÚLTIMA.

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, por meio de sua Unidade: **Embrapa Agricultura Digital**, sediado(a) **Avenida André Tosello 209 Campus da Unicamp Barão Geraldo - Campinas/SP**, realizará licitação, **para registro de preços**, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço por item**, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei nº 14.133/2021 (em relação aos procedimentos da modalidade pregão e SRP, naquilo que não conflitar com a Lei nº 13.303/2016), da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, hoje, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do [Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa - Norma 037.011.003.001](#), aprovada pela Resolução do Conselho de Administração da Embrapa - RC nº 277, de 21/3/2024 e Publicado no D.O.U. 22/4/2024, e no Boletim de Comunicações Administrativas - BCA Nº 16/2024, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O presente pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, disponível no sítio www.gov.br/compras.
- 1.2. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico antes da data de realização do pregão, na forma da Instrução Normativa nº 3 de 26 de junho de 2018, do então Secretário de Gestão do Ministério da Economia.
- 1.3. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 1.4. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 1.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 1.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 1.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 1.8. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 1.9. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2. DO OBJETO

- 2.1. Constitui objeto da presente licitação a futura e eventual **aquisição de materiais de consumo (material elétrico, hidráulico, de manutenção e ferramentas), novos e de primeiro uso, para atendimento das necessidades operacionais, administrativas e finalísticas de pesquisa da Embrapa Agricultura Digital, sediada em Campinas/SP**, de acordo com as especificações técnicas, condições, quantidades e padrões de desempenho e qualidade estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I).
- 2.2. Os itens, se for o caso, destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, estarão identificados no Termo de Referência.
- 2.3. Em caso de discrepância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema de compras do governo federal (sítio www.gov.br/compras) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.
- 2.4. É vedada a contratação, para a mesma Unidade da Embrapa, de mais de uma empresa para a execução do mesmo serviço, a fim de assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização, ressalvado o disposto no art. 46 da Lei nº 13.303/2016. Se o presente certame prever a contratação simultânea, esta condição será devidamente estabelecida no Termo de Referência (Anexo I).

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 3.2. Não poderão participar as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido:
 - a) penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, aplicada na vigência do inciso III do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, ou contida no art. 83, inciso III da Lei nº 13.303/2016, desde que aplicada pela Embrapa, e no inciso III do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando aplicada no âmbito da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
 - b) penalidade de impedimento de licitar e contratar, aplicada na vigência do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ou no artigo 47 da Lei n. 12.462/2011, aplicada por qualquer órgão ou entidade da União;
 - c) penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada na vigência do inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993 e contida no inciso IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, aplicada no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional de todos os entes federativos ou a prevista no artigo 46 da Lei n. 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União;
 - d) penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12, III da Lei n. 8.429/1992;
- 3.3. Para os fins desta licitação, os impedimentos referidos neste Edital serão verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, e outros sistemas cadastrais pertinentes, que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.
- 3.4. Também estarão impedidas de participar da Licitação empresas que, na data do certame, estejam cumprindo sanção de proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos nos termos do artigo 38 da Lei nº 12.529/2011, do artigo 10 da Lei 9.605/98, e inciso IV do artigo 33 da Lei nº 12.527/11.
- 3.5. Também não poderão participar Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum participando da presente licitação;
- 3.6. Não poderão participar, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 3.7. Serão impedidas de participar, também, as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.
- 3.8. A participação de cooperativas na presente licitação:
 - a) Será admitida (☐) , conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.
 - b) Não será admitida (☐) , conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.
- 3.9. Também não poderão participar entidades empresariais estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente e que não apresentem condições de habilitação semelhantes às exigidas para licitantes nacionais, segundo as formalidades da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018.
- 3.10. A participação de empresas reunidas em consórcio:
 - a) Será admitida (☐) , conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

b) Não será admitida (X), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

3.10.1. Em caso de possibilidade de participação de consórcio deverão ser observados os seguintes requisitos:

a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução de contrato;

3.10.2. Antes da celebração do contrato, o Licitante vencedor deve promover a constituição e o registro do consórcio nos termos do compromisso público ou particular de constituição de consórcio.

3.10.2.1. Encerrado o certame, a Embrapa estabelecerá prazo, por meio de notificação, para que o Licitante vencedor comprove a constituição e o registro do consórcio, admitida a possibilidade de prorrogação mediante apresentação de justificativa.

3.10.2.2. O empenho e a formalização de contrato ocorrerão em conformidade com o que dispõe o Termo de Compromisso, podendo ocorrer em nome da empresa Líder ou em nome de cada consorciada com a indicação do nome do consórcio a que elas pertencem.

3.10.2.3. Caso o termo de compromisso defina de forma individualizada a participação de cada consorciada, o empenho deverá ser proporcional ao percentual ali indicado.

3.10.3. Esta Licitação:

a) não estabelece limite máximo de empresas consorciadas (), conforme justificativa - da autoridade competente constante do processo administrativo da presente licitação.

b) estabelece o limite máximo de até () empresas consorciadas, conforme justificativa da autoridade competente constante do processo administrativo da presente licitação.

3.10.4. Em caso de substituição do consorciado, esta deverá ser expressamente autorizada pela Embrapa e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio neste processo licitatório.

3.11. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.12. Este pregão é de âmbito nacional.

3.13. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.13.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

b) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.13.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.13.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.13.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.13.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.13.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.13.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.13.8. que cumpre os requisitos do Decreto nº 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência, se for o caso.

3.14. É vedada a participação neste certame de órgão ou de entidade que já tenha participado em uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no seu prazo de validade, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022, ART. 18).

4.1.1. Os documentos de habilitação serão exigidos somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante vencedor.

4.1.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

4.4.1. A falsidade desta declaração sujeitará o licitante às sanções previstas no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênio da Embrapa.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação, na hipótese de inversão de fase, anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após os procedimentos de que trata o Capítulo VII da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

4.8. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas que trata o § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022, prorrogável por igual período.

4.8.1. A prorrogação de que trata este item, poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro; ou

II - de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) valor unitário ou desconto e valor mensal e anual do item, conforme o caso;
- b) marca, se for o caso;
- c) Fabricante, se for o caso;
- d) Quantidade cotada, se for o caso;
- e) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.2. As propostas deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.3. O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias, contados da data prevista para abertura da sessão, podendo vir a ser prorrogado mediante solicitação da **Embrapa** e aceitação do licitante.

5.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema de compras do governo federal (sítio www.gov.br/compras), se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

5.7. A licitante, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada, tendo em vista o objeto da presente licitação, poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, conforme disposições contidas no art. 18, §5º-C, VI da Lei Complementar nº 123/2006, desde que observadas as condições fixadas pelo § 1º do art. 17 da mesma Lei.

6. DO PROCESSAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que identifiquem o licitante, que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

6.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8. O lance deverá ser ofertado considerando o critério de julgamento definido no presente edital.

6.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.11. Observado o disposto no item 6.10, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, nos termos dos arts. 33 e 34 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

6.12. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.12.1 Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata este item, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Envio de Lances no modo de disputa "aberto"

6.18. Caso a licitação ocorra pelo modo de disputa aberto, os procedimentos da etapa de lances serão os seguintes:

6.19. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (zero vírgula zero um centavos).

6.20. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.21. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.22. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances da seguinte forma:

- a) Ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou
- b) Ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.23. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.23.1. Após o reinício previsto neste item, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.23.2. Encerrada a etapa de que trata o item 6.23.1, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 6.22.

Envio de Lances no modo de disputa "aberto e fechado"

6.24. Caso seja adotado o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, considerando os seguintes procedimentos:

6.25. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.26. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até dez por cento superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.27. No procedimento de que trata o item 6.26., o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.28. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no item 6.27.

6.29. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem constante do item 6.22.

Envio de Lances no modo de disputa "fechado e aberto"

6.30. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.31. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.30, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.32. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.33. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.34. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, conforme disposto no item 6.22.

6.35. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.36. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

6.37. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo o disposto no item 6.22.

Direito de Preferência para microempresas e empresas de pequeno porte

6.38. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro deverá verificar a ocorrência de empate ficto em favor de microempresa ou empresa de pequeno porte, assegurando, se for o caso, o direito de preferência, observando-se o seguinte:

a) o empate ficto ocorrerá quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço;

b) ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências de habilitação, deve ser adjudicado o objeto em seu favor.

c) caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na alínea anterior.

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, deve ser realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro pode apresentar melhor oferta.

6.39. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, deixe de apresentar, no prazo citado, nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame ou apresente proposta de preço inaceitável ou deixe de atender às exigências de habilitação, o pregoeiro convocará, dentre as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.38., na ordem classificatória, a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada para o exercício do mesmo direito de preferência.

6.40. O procedimento previsto no subitem 6.38. será adotado, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital ou até que não haja microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadre na hipótese do subitem 6.38.

6.41. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens 6.38. e 6.39., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que sua proposta seja aceitável e ele apresente os documentos de habilitação, tudo de acordo com o presente Edital.

6.42. O disposto no subitem 6.38. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Direito de Preferência - art. 3º da Lei nº 8.248/1991

6.43. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

6.44. Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.45. Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.46. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

Critério de Desempate

6.47. Após a etapa de envio de lances ou caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, caso aconteça empate, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos [art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), seguido da aplicação do critério estabelecido no Art. 55, da Lei nº 13.303/2016, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

6.48. Na hipótese de necessidade de sorteio, as licitantes serão comunicadas e convocadas para o ato público em data, hora e local informados pelo pregoeiro no sistema eletrônico, sendo que a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

Da Negociação da Proposta

6.49. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

6.49.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.49.2. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado ou inferior ao desconto definido para a contratação.

6.50. O valor global da proposta, após a negociação, não poderá superar o orçamento estimado pela **Embrapa**, sob pena de desclassificação do licitante.

6.51. Se, depois de adotada a providência referida no item 6.49.2, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação (§3º do art. 57 da Lei nº 13.303/2016).

6.52. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.53. Observado o prazo de que trata o item 4.8 acima, o pregoeiro deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequados ao último lance ofertado após a negociação.

Envio da Proposta Final

6.54. Encerrada a etapa de lances, se a proposta atender aos critérios de aceitabilidade de preços, o licitante detentor da melhor oferta, após solicitação do pregoeiro, encaminhará no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, na forma do § 2º do artigo 29 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, por meio da funcionalidade "enviar anexo" presente no sistema eletrônico, a PROPOSTA FINAL e, se necessário, os documentos complementares, decomposta em Planilha de Preços, conforme modelo anexo ao presente Edital, com os preços adequados ao seu último valor ofertado.

6.55. Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema de compras do governo federal poderão ser solicitados, devendo o novo envio ocorrer em original, por cópia autenticada ou digitalizados, conforme os parâmetros estabelecidos pelo artigo 5º do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo e no endereço indicados pelo Pregoeiro.

6.56. No caso de licitações em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores

readequados à proposta vencedora. (art. 31 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)

6.57 Caso a proposta do licitante vencedor não atenda ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora. (art. 32 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)

6.58 É de responsabilidade do licitante confirmar, junto à Embrapa, o recebimento dos documentos de habilitação e proposta final, não cabendo à Embrapa a responsabilidade pelo desconhecimento de tais informações.

6.59. Caso se trate de licitação em grupo ou lote, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:

6.59.1. Não se aplica

7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos itens a seguir, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

7.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.2.1. conter vícios insanáveis;
- 7.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.3. O pregoeiro poderá desclassificar as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.4. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracterizará motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

7.5. A análise de exequibilidade da proposta não deverá considerar materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

7.6. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade ou qualquer outro aspecto da proposta.

7.7. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração (art. 56, §3º da Lei nº 13.303/2016).

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. (Art. 34 da IN SEGES Nº 73/2022)

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata este item, só será considerada após diligência do pregoeiro que comprove:

- I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. O pregoeiro poderá exigir do licitante a demonstração da exequibilidade da sua proposta, podendo para tanto e conforme o caso adotar os procedimentos mais adequados, tais como:

- a) Requerer a apresentação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- b) Solicitar informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego;
- c) Realizar consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- d) Realizar pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- e) Realizar verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;
- f) Realizar pesquisa de preço com agentes econômicos dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g) Realizar a verificação de notas fiscais dos produtos cotados na proposta e anteriormente adquiridos pelo proponente;
- h) Realizar o levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) Realizar ou consultar estudos setoriais;
- j) Realizar consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- k) Realizar a análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para a prestação dos serviços.

7.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata. (art. 43 da IN SEGES Nº 73/2022)

7.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2h (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.12. Se a proposta do licitante vencedor da etapa competitiva de lances não for aceitável, o pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, verificando o seu atendimento até a apuração de uma proposta que atenda os termos do Edital e desta verificando as condições de habilitação. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

7.13. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no Art. 154 da Instrução Normativa RFB n. 2110, de 17/10/2022, em razão do disposto no art. 159, inciso V, sob pena de desclassificação.

7.14. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, exame de conformidade ou prova de conceito, entre outros testes de interesse da Embrapa, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras ou outros testes, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade definidos no Termos de Referência.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada. O mesmo se aplica em caso de reprovação no exame de conformidade, prova de conceito e outros testes de interesse da Embrapa.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s) ou se houver reprovação do exame de conformidade, prova de conceito e outros testes de interesse da Embrapa, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação e, assim, sucessivamente, até a ocorrência de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.20. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

- 7.21. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo e no local definido no Termo de Referência, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 7.22. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 7.23. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos dos respectivos Decretos regulamentares.
- 7.24. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 7.25. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 7.26. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.27. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.28. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 7.29. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. HABILITAÇÃO

Consulta a Cadastros

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- 8.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

Disposições Gerais sobre a Habilitação

8.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

- 8.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 8.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 8.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará na inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 8.5.4. A verificação pelo pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.5.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SicaF serão enviados por meio do sistema quando solicitado pelo pregoeiro até a conclusão da fase da habilitação. (art. 39, §1º Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)
- 8.5.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.8. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, será observado o disposto nos subitens 3.10, 8.26 e 8.27.6 deste edital.

8.9. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder as fases de envio de lances e de julgamento.

- 8.9.1. Na hipótese de inversão de fase referida neste item, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 8.9.2. Após o encerramento da fase de habilitação, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.10. Os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado. (art. 39, §3º da IN 73/2022)

8.11. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no prazo de, 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, nas mesmas situações elencadas no item 4.8.1 deste Edital. (art. 39, § 5º, IN 73/2022)

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, na forma estabelecida no item 11 deste Edital.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação, observado o prazo disposto no § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o item 8.13 deste Edital.

8.16. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.17. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.18. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante da matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Habilitação Jurídica

8.19. Serão exigidos os seguintes documentos para a habilitação jurídica:

8.19.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.19.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.19.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.19.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.19.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.19.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.19.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, nos termos do art. 4º, §2º Decreto nº 10.880 de 02/12/2021.

8.19.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 2110, de 17/10/2022.

8.19.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização (Instrução Normativa SEGES Nº 03/2018);

8.19.10. No caso de exercício de atividade regulamentada, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, conforme legislação pertinente, conforme e exigências descritas no Termo de Referência.

8.19.11. Declaração de inexistência de fatos impeditivos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, conforme modelo constante de anexo do presente Edital;

8.20. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectivas, quando houver.

Habilitação Técnica

8.21. Serão exigidos os seguintes documentos para verificação da capacidade técnica:

a) no mínimo, 01 (um) atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente à execução satisfatória, compatível com o objeto licitado, de acordo com o item ofertado (art. 58, II da Lei 13.303/2016 - havendo parcela de relevância a ser destacada. Não havendo parcela de relevância, a comprovação se dará com relação à boa execução do objeto anteriormente);

b) além do atestado, outros requisitos poderão estar definidos no Termo de Referência, com vistas ao estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

8.22. É permitido o somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado.

8.23. É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral e/ou de subsidiária integral pertencente a licitante, desde que pertencente à mesma atividade econômica;

8.24. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou, tratando-se de prestação de serviços contínuos, se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

8.25. Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Embrapa manter contato com a sociedade atestante.

8.26. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consórcio.

Qualificação Econômica-Financeira

8.27. Para demonstração da Qualificação Econômica-Financeira, será exigida a seguinte documentação:

8.27.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.27.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.27.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

8.27.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.27.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

8.27.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.27.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total.}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante.}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Passivo Circulante}$$

8.27.4. As empresas que apresentarem Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou menor que 1 (um) quando da habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.27.5. Caso a licitante que apresente resultado igual ou menor que 1(um) não atenda as condições do item anterior, a qualificação econômica-financeira poderá ser demonstrada, mediante a apresentação de garantia no percentual de 05% (cinco por cento), podendo o licitante optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro; seguro-garantia; e fiança bancária.

8.27.6. Em se tratando de consórcio, caso permitida a sua participação, o valor exigido para efeito de habilitação econômico-financeira:

a) será acrescido em %(por cento) sobre o valor exigido para efeito de habilitação [indicar um valor entre 10% a 30%]();

b) não haverá acréscimo em relação ao valor exigido de licitante individual, em virtude da justificativa constante do processo administrativo da presente licitação. ()

8.27.6.1. Para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.27.6.2. O acréscimo de que trata este subitem não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresa e pequenas empresas, assim definidas em lei.

8.28. Microempresas e empresas de pequeno porte deverão atender a todas as exigências de habilitação previstas neste edital.

8.29. Para as microempresas e empresas de pequeno porte (nos termos da Lei Complementar nº 123/2006) que tenham alguma restrição, em relação à documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º e seus parágrafos, do Decreto nº 8.538/2015.

8.30. Para aplicação do disposto no item 8.29, o prazo para regularização fiscal será contado a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

8.31. A prorrogação do prazo constante do item 8.29 poderá ser concedida, a critério da Embrapa, após requerimento justificado da licitante.

8.32. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.33. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado, devendo instruir o processo, se for o caso, com vistas a possíveis penalidades.

8.33.1. Caso o documento de habilitação ausente consistir em declaração sobre fato preexistente, o pregoeiro poderá conceder prazo razoável para o saneamento da falha. (Acórdão TCU 988/2022 - Plenário)

8.33.2. Caso existam dúvidas relacionadas a incertezas e/ou divergências constatadas em propostas de licitantes, bem como erros ou falhas em planilhas de preços cuja identificação seja evidente, o pregoeiro e sua equipe de apoio poderão suprimi-las por meio de diligências.

8.33.3. As falhas, erros ou omissões tratadas neste dispositivo deverão ser resolvidas em, no máximo, 2 (duas) horas após notificação ao licitante.

Regularidade Fiscal

8.34. Para verificação da regularidade fiscal, serão exigidos, exclusivamente:

a) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9. RECURSOS

9.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no subitem 4.1.2 deste Edital, da ata de julgamento. (§ 1º do artigo 59 da Lei 13.303/2016)

9.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.5. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

9.6. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

10.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

10.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

10.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

11. ERROS OU FALHAS

11.1. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).

11.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **item anterior**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

(☒) Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

(☐) Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital no SEI.

13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no sítio da Embrapa e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.8. A vigência da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogada por igual período**, desde que comprovado o preço vantajoso.

13.9. A adesão à Ata de Registro de Preços derivada do presente procedimento licitatório, por outros órgãos ou entidades da Administração Pública Federal:

a) ☒ Será permitida, conforme justificativa e estimativa de quantidades estabelecidas no Termo de Referência, observado, sempre, o limite estabelecido no artigo 32 do Decreto 11.462/2023.

b) ☐ Não será permitida.

13.10. A ausência de justificativa no processo licitatório sobre a permissão de adesão no presente Edital ou a ausência de estimativa dos quantitativos passíveis de adesão, previstas no item "a" do item 13.9, impedirão a operacionalização de adesão. (Acórdão TCU 1297/2015-Plenário, Acórdão TCU 2037/2019-Plenário e Acórdão TCU 855/2013-Plenário)

13.11. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços e o edital permitir essa utilização, deverão consultar a Embrapa para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

13.12. A Embrapa somente autorizará a adesão mediante a apresentação de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços.

13.12.1. O estudo, após aprovação pelo órgão gerenciador, poderá ser divulgado no Portal de Compras do Governo federal.

13.13. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

14. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- 14.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 14.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

14.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- 14.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 14.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

14.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Embrapa, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- 14.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 14.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15. DA CONTRATAÇÃO

15.1. Quando a Embrapa convocar o licitante com preço mais bem classificado ou do cadastro de reserva para assinatura do Contrato, este deverá fazê-lo em prazo de até 10 (dez) dias úteis prorrogáveis por igual período, a critério da Embrapa. A recusa injustificada em assinar o instrumento contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

15.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

16. PENALIDADES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 16.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou entregar em desconformidade ao Edital, mesmo após prazo conferido para correção das inconsistências ou os defeitos constatados (redação do RLCC).
- 16.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 16.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 16.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 16.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 16.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
 - 16.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 16.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 16.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 16.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

- 16.1.5. fraudar a licitação;
- 16.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 16.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 16.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 16.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 16.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 16.2. A Embrapa poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 16.2.1. multa;
- 16.2.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 16.3. A multa será recolhida em percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 16.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa poderá ser aplicada, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 16.5. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Embrapa, pelo prazo máximo de 1 (um) ano.
- 16.6. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa será aplicada ao responsável em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, pelo prazo de 2(dois) anos.
- 16.7. Qualquer conduta não prevista no item 16.1 deste Edital e que seja sujeita à aplicação da penalidade prevista no inciso III do art. 83 da Lei nº 13.303/2016, seguirá a dosimetria estabelecida nos itens 16.12 a 16.24 deste Edital.
- 16.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Embrapa, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).
- 16.9. Constatada a ocorrência de quaisquer infrações previstas neste item do edital, o pregoeiro ou o presidente da comissão de licitação adotará o seguinte procedimento:
- 16.9.1. Notificará o licitante, no prazo máximo de 2 dias úteis a contar da identificação do evento, sobre a ocorrência dos fatos identificados e da possível infração, solicitando manifestação prévia sobre os motivos de sua ocorrência e eventuais alegações, por meio do sistema ou por outro meio que garanta o conhecimento de sua recepção;
- 16.9.2. Após manifestação do licitante, o pregoeiro ou presidente da comissão de licitação reduzirá os fatos e as circunstâncias em relatório, manifestando-se sobre possível ocorrência ou não de infração;
- 16.9.3. Caso o pregoeiro ou comissão de licitação conclua pela ocorrência da infração, encaminhará o relatório e demais documentos pertinentes à autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), que decidirá, justificadamente, sobre a abertura de Processo Administrativo de Apuração - PAA, caso conclua pela materialidade da infração.
- 16.10. Constatada a materialidade da infração, será providenciada a instauração do Processo Administrativo de Apuração - PAA, com intuito de reunir todos os documentos produzidos, visando avaliação sobre culpabilidade do infrator.
- 16.11. A instauração do Processo Administrativo de Apuração - PAA deverá ser iniciada por termo de abertura de processo e instrução processual contendo, no mínimo:
- I. todas as manifestações produzidas na instrução preliminar;
- II. decisão da autoridade competente sobre abertura do PAA (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC);
- III. edital cujas disposições foram infringidas;
- IV. os documentos comprobatórios das alegações já formuladas.
- 16.11.1. Instaurado Processo Administrativo de Apuração - PAA deverá ser encaminhada ao infrator, no prazo de até 10 dias úteis a contar da abertura do processo, notificação sobre a abertura do PAA, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:
- I - identificação do infrator;
- II - número e objeto do contrato ou edital a que se refere;
- III - finalidade da intimação;
- IV - indicação dos fatos e fundamentos legais, disposições do edital descumpridas.
- V - as possíveis penalidades cabíveis, com indicação das disposições do edital a que se referem;
- VI - estabelecimento de prazo de 10 dias úteis para apresentar sua Defesa Prévia, a contar da data do recebimento da notificação, nos termos do §2º do artigo 83 da Lei nº 13.303/2016, momento em que lhe será facultado apresentar documentos, bem como produzir provas;
- VII - orientações para que a Contratada se habilite no processo SEI, o prazo no qual deverá estar habilitado e a informação de que, ao final, a Embrapa, para todos os efeitos, considerará que a licitante encontra-se com vista franqueada do processo;
- VIII - informação da continuidade do processo, decorridos os prazos, independentemente da apresentação de sua defesa;
- 16.11.2. O infrator terá acesso irrestrito ao PAA, sendo de sua inteira responsabilidade o tratamento dos dados pessoais neles contidos, devendo, se for o caso, tratá-los segundo as disposições da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- 16.11.3. O infrator deverá arcar com os custos de eventuais fotocópias.
- 16.11.4. É ônus do contratado manter atualizado, junto à Embrapa, seu endereço, inclusive eletrônico, sob pena de ser considerada válida a notificação promovida no último endereço informado.
- 16.11.5. Ao licitante incumbe, no âmbito de sua defesa, alegar todos os fatos e fundamentos jurídicos que lhe aproveitem, cabendo-lhe o ônus da prova de suas alegações, podendo juntar documentos e pareceres, bem como requerer diligências ou qualquer outro meio de prova cabível, arcando com eventuais custos de sua realização.
- 16.11.6. Poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelo licitante quando sejam intempestivas, ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.
- 16.11.7. Após a apresentação da defesa prévia pelo licitante, a autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC) se manifestará sobre as alegações apresentadas e decidirá sobre a culpabilidade do infrator, fundamentadamente.
- 16.11.8. Após o análise sobre a culpabilidade, no mesmo ato, a autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC) passará à dosimetria das penalidades cabíveis.
- 16.12. Na avaliação da dosimetria das penalidades, a autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), mesmo nos casos de ausência de defesa, considerará as circunstâncias agravantes ou atenuantes presentes no caso, e as penalidades que entender razoáveis.
- 16.13. A aplicação da penalidade deve levar em consideração a natureza e a gravidade dos fatos, a extensão e a relevância da obrigação descumprida, a culpabilidade do licitante, os fins a que a sanção se destina, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e, em especial, as seguintes circunstâncias:
- I. atenuantes:
- a) a inexistência de prejuízos ou riscos à Embrapa;
- b) a regularização do ato que ensejou a abertura do PAA; e

c) outra circunstância relevante, anterior ou posterior à infração verificada.

II. agravantes:

a) a reincidência;

b) o descumprimento de obrigação com a obtenção de vantagens indevidas, de qualquer espécie, em benefício próprio ou de outrem, em decorrência da infração;

c) a não adoção de providências no sentido de evitar ou reparar atos lesivos, dos quais tenha tomado conhecimento.

16.13.1. No concurso de agravantes e atenuantes, a Autoridade Decisória (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC) aplicará a sanção conforme indicado pelas circunstâncias preponderantes.

16.13.2. De forma devidamente justificada, a penalidade prevista no edital poderá ser reduzida equitativamente pela Autoridade Decisória (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), quando se revelar manifestamente excessiva, tendo em vista os elementos indicados no 16.13 deste edital.

16.14. A aplicação de sanção e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

16.15. Além dos fundamentos, a Decisão conterá:

I - A penalidade aplicada, conforme estabelecido no Edital;

II - A forma de execução da pena e de recolhimento dos valores de multa, se for o caso;

III - O prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da intimação, para apresentação de Recurso;

IV - A informação de que a não apresentação de Recurso em relação à penalidade aplicada, ensejará a aplicação da pena de forma imediata.

16.16. Proferida a Decisão, o infrator será notificado, sobre este evento, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por via postal com aviso de recebimento ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

16.16.1. A notificação sobre a Decisão poderá ser dispensada, caso o infrator acesse seus termos no processo de aplicação de penalidades, no ambiente SEI, estando este evento devidamente registrado.

16.17. Poderá o infrator, quando da interposição do recurso, juntar os documentos que julgar convenientes.

16.18. O recurso apresentado deverá ser dirigido ao autor da Decisão recorrida (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), que poderá revê-la, modificando-a, anulá-la ou revogá-la, total ou parcialmente ou mantê-la.

16.18.1. Se a reforma da Decisão agravar situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da intimação, novos termos recursais em relação ao agravamento.

16.18.2. Após seu pronunciamento final, caso o autor da nova Decisão recorrida a mantenha inalterada, deverá encaminhá-la ao superior imediato (Chefe-Geral nas UD's e Superintendente da SUSEC na Sede e SUSEC).

16.18.3. O superior imediato (Chefe-Geral nas UD's e Superintendente da SUSEC na Sede e SUSEC) poderá confirmar, atenuar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

16.18.4. A decisão que anular ou revogar a decisão recorrida, imporá o reinício do PAA, sem prejuízo dos atos aproveitáveis.

16.18.5. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo ou por quem não seja legitimado.

16.18.6. O não conhecimento do recurso não impede a Embrapa de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

16.18.7. Após a confirmação ou nova decisão por parte da autoridade superior (Chefe-Geral nas UD's e Superintendente da SUSEC na Sede e SUSEC), o infrator deverá ser notificado de seus termos, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por via postal com aviso de recebimento ou outro meio que assegure, inequivocamente, a certeza da ciência do interessado.

16.18.8. Caso o penalizado não seja encontrado ou não confirme o recebimento da intimação, a Decisão será publicada no Diário Oficial da União, hipótese em que se presumirá a sua cientificação.

16.18.9. Após a Decisão final, a penalidade aplicada deverá ser executada e registrada no SICAF e nos registros cadastrais da Embrapa.

16.19. O sancionado com multa deverá comprovar o seu pagamento em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação respectiva, observando-se que, em caso de não quitação do débito, a Embrapa poderá efetuar sua cobrança pela via judicial.

16.20. O pagamento da multa poderá ser parcelado, por decisão da autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede e SUSEC), quando não houver prejuízos para a Embrapa, observando-se que os valores deverão ser atualizados pela taxa básica de juros da economia (SELIC).

16.21. Os prazos começam a correr a partir da data da intimação ou da ciência da Decisão, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

16.22. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

16.23. Em regra, o recurso não terá efeito suspensivo, sendo possível sua concessão, de ofício ou a pedido, pela Autoridade Decisória recorrida ou imediatamente superior, quando houver justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação, decorrente da execução da decisão.

16.24. A prática de atos lesivos à Embrapa nos termos da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/2015, será apurada em processo administrativo aberto e instruído conforme disposições contidas na citada legislação, e em obediência ao rito e penalidades nela fixados.

16.25. As penalidades referentes à inexecução do Contrato estão estabelecidas no instrumento de contratação em anexo ao presente edital, podendo, ainda, constar do Termo de Referência.

17. ATOS LESIVOS À Embrapa

17.1. Com fundamento no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, o licitante estará sujeito às sanções estabelecidas neste Edital, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à Embrapa, assim definidos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

17.2. Constatada a prática de ato lesivo à Embrapa, pela configuração, de uma das condutas tipificadas no inciso IV do Artigo 5º da Lei 12.846/2013, haverá a responsabilização administrativa, na forma dos artigos 6º e 7º da 12.846/2013.

17.3. Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei nº 13.303/2016 ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública, e tenha ocorrido a apuração conjunta, o licitante também estará sujeito a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a administração pública, a serem aplicadas no Processo Administrativo de Responsabilização.

17.4. A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da Embrapa.

17.5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

17.6. O licitante sancionado administrativamente pela prática de atos lesivos contra a Embrapa, nos termos da Lei nº 12.846/13, publicará a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:

- a) em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação do licitante ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
- b) em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e
- c) em seu sítio eletrônico, pelo prazo de trinta dias e em destaque na página principal do referido sítio.
- 17.7. A publicação a que se refere o item 17.6 será feita a expensas da pessoa jurídica sancionada.
- 17.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Embrapa resultantes de ato lesivo cometido pelo licitante, com ou sem a participação de agente público.
- 17.9. O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo ainda da aplicação do ato de que trata o art. 67 do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022.
- 17.10. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.
- 17.11 As disposições deste item se aplicam quando o licitante se enquadrar na definição legal do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.846/2013.

18. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 18.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma deste Edital.
- 18.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, podendo suspender a abertura da sessão pública caso entenda conveniente.
- 18.2.1. O prazo constante do item acima é limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 18.2.2. O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.
- 18.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 18.4. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 18.5. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.
- 18.5.1. O prazo constante do item acima é limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 18.5.2. O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.
- 18.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 18.7. O licitante, através de consulta permanente ao sítio abaixo indicado, deverá manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações e esclarecimentos sobre o Edital, não cabendo à Embrapa a responsabilidade por desconhecimento de tais informações, em face de inobservância do licitante quanto ao procedimento apontado neste item.
- 18.8. Todos os pedidos/impugnações e suas respectivas respostas serão devidamente publicados no sítio eletrônico da Embrapa: [Agricultura Digital](#).
- 18.9. Somente serão consideradas as impugnações encaminhadas até às 17h:00min do último dia para sua interposição.
- 18.10. O dia de abertura da licitação não é computado para a contagem dos prazos indicados neste item.
- 18.11. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos antes da sessão de abertura da licitação.
- 18.12. Não serão prestados esclarecimentos por telefone.
- 18.13. Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1. Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época.
- 19.2. A Embrapa poderá promover alterações nos termos deste Edital, havendo reabertura do prazo para a apresentação das propostas, quando tais alterações afetarem a formulação das propostas.
- 19.3. A Embrapa poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, observado o disposto no art. 62 da Lei nº 13.303/2016.
- 19.4. Os recursos destinados à contratação correrão por conta do orçamento da Embrapa.
- 19.5. Fica eleito o foro da Justiça Federal - Circunscrição Judiciária de [Campinas\(SP\)](#) com exclusão de qualquer outro, para dirimir qualquer questão oriunda da presente licitação.
- 19.6. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:
- a) ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) ANEXO II - MODELO PARA A PROPOSTA;
- c) ANEXO III - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- c) ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO;
- d) ANEXO V - INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO.

Campinas/SP, 17 de junho de 2026

[EDUARDO CAPUTI](#)

Chefe-Adjunto de Administração da Embrapa Agricultura Digital

Portaria: 61/2022, de 17/01/2022 - BCA 03/2022

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

A justificativa e a relevância da aquisição desdobram-se nos seguintes aspectos técnicos, práticos e operacionais:

Manutenção Predial Preventiva e Corretiva (Elétrica e Hidráulica): A integridade das instalações da sede da Embrapa Agricultura Digital é altamente dependente da pronta disponibilidade de **materiais elétricos** (como lâmpadas de LED, disjuntores, reatores e fiação), **hidráulicos** (como conexões, vedações, torneiras e reparos) e **manutenção e ferramentas** (como escada, fitas adesivas demarcação, fita crepe, fita dupla face, fita silver tape, alicates, brocas, chave de fenda, machos e etc...). Estes materiais são fundamentais para as atividades preventivas e de reparo imediato executadas pela equipe de infraestrutura predial, assegurando a continuidade de ambientes críticos como salas de servidores (datacenters), laboratórios de pesquisa bem como a segurança física e ergonomia de todos os empregados e visitantes nas dependências da Unidade.

A opção pela contratação sob demanda, com entregas parceladas, representa a solução administrativa e logística mais eficiente para a Unidade. Esta modelagem evita o sobrecarregamento do espaço físico do Almoxarifado local, reduz os custos de controle patrimonial de inventários volumosos e elimina quase por completo os riscos associados à obsolescência precoce, degradação química ou física de materiais estocados por longos períodos. Ademais, otimiza o fluxo de caixa institucional por meio do desembolso financeiro proporcional ao consumo real.

Por fim, considerando que o consumo dos itens é recorrente, porém não linear nem integralmente previsível, a adoção de contratação para fornecimento eventual e futuro, sob demanda, mostra-se a solução mais adequada para evitar o fracionamento indevido de despesas, reduzir o risco de desabastecimento e, ao mesmo tempo, impedir a formação de estoques excessivos, com potenciais perdas por deterioração, obsolescência ou extravio.

3) FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente contratação será conduzida em conformidade com as seguintes bases legais e normativas:

(a) Regime Jurídico Principal: A contratação em tela submete-se primariamente às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais), que estabelece o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Esta é a legislação nuclear que rege as licitações e contratos da Embrapa.

(b) Lei Geral de Licitações: A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública em geral (tendo revogado as Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/2002). Para as empresas estatais, esta lei serve como referência subsidiária e para a incorporação de melhores práticas e inovações em contratações públicas, para temas não tratados exaustivamente na Lei nº 13.303/2016 e sempre que sua aplicação for compatível com o regime jurídico das estatais.

(c) Norma Interna Específica: O Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios (RLCC) da Embrapa, aprovado pela Resolução Consad nº 277, de 21 de março de 2024, e publicado no Boletim de Comunicações Administrativas (BCA) nº 16/2024. Este regulamento interno, fundamentado na Lei nº 13.303/2016, estabelece as normas e procedimentos específicos para as licitações, contratos e convênios da Empresa, devendo ser integralmente observado.

(d) Orientações Complementares: A jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU) e as orientações normativas da Advocacia-Geral da União (AGU) deverão ser rigorosamente observadas como balizadores para a atuação da administração pública na condução do certame e na execução do contrato, garantindo a segurança jurídica e a adequação aos controles.

4. DESCRIÇÃO RESUMIDA E DETALHADA DO OBJETO

O objeto consiste no eventual e futuro fornecimento, sob demanda, de materiais de consumo, agrupados, em síntese, nos seguintes conjuntos: materiais elétricos; materiais hidráulicos e manutenção e ferramentas, todos novos e de primeiro uso.

4.1. Grupos de materiais

Para fins de organização do objeto, melhor definição das especificações e adequada gestão da contratação, os materiais de consumo abrangidos por esta contratação poderão ser agrupados, de forma exemplificativa, nos seguintes grupos:

Grupo 1 – Materiais Elétricos: Compreende o fornecimento de lâmpadas, disjuntores, tomadas, conectores, cabos, canaletas, fitas isolantes, interruptores, reatores, adaptadores e outros insumos destinados a pequenas manutenções e reposições nas instalações elétricas prediais da Unidade, conforme as especificações detalhadas e quantitativos estabelecidos na listagem de itens deste Termo de Referência.

Grupo 2 – Materiais Hidráulicos: Compreende o fornecimento de torneiras, registros, conexões, tubos, vedantes, sifões, reparos, válvulas e outros insumos destinados a pequenas manutenções e reposições nas instalações hidráulicas e sanitárias da Unidade, conforme as especificações detalhadas e quantitativos estabelecidos na listagem de itens deste Termo de Referência.

Grupo 3 – Materiais de Manutenção e Ferramentas: Compreende o fornecimento de materiais de consumo para conservação predial e ferramentas manuais necessárias a serviços de apoio e pequenas manutenções prediais, elétricas, hidráulicas e em bens móveis da Unidade. Este grupo abrange insumos químicos e adesivos (cola instantânea, silicone e spray desengripante), fitas técnicas (demarcação, crepe, dupla face e silver tape), cordas de polipropileno, lanternas, radiocomunicadores bidirecionais, além de ferramentas manuais de aperto, corte e medição (chaves, alicates, trenas, martelos, estiletes e serras manuais), conforme as especificações detalhadas e quantitativos estabelecidos na listagem de itens deste Termo de Referência.

Observação: As especificações completas de todos os itens, incluindo quantidades estimadas, devem ser verificadas no Anexo I.

5) LOCAL DE ENTREGA E PRAZO

5.1 O fornecimento deverá ser efetuado na **Embrapa Agricultura Digital, situada na Avenida André Tosello, nº 209 – Cidade Universitária “Zeferino Vaz” (Campus da Unicamp), Bairro Barão Geraldo, Campinas/SP**, CEP 13083-886, aos cuidados do Almoxarifado do Setor de Patrimônio e Suprimentos/SPS."

5.2 O prazo máximo para entrega dos equipamentos, contados a partir da emissão da Autorização de Fornecimento (AF) pela Embrapa, será de **até 30 (trinta) dias corridos**.

5.3. Do Pedido Mínimo e da Solicitação sob Demanda

5.3.1. As solicitações de fornecimento serão emitidas de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Embrapa, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.3.2. Cada Ordem de Fornecimento (ou Nota de Empenho) emitida individualmente deverá observar o **valor mínimo de R\$ 300,00 (trezentos reais)**.

a) A observância deste limite mínimo fica dispensada quando o somatório total de todos os itens homologados e adjudicados para a respectiva empresa não atingir o referido patamar, ou quando o saldo total remanescente da Ata de Registro de Preços em favor da contratada for inferior a esse limite.

b) Para os demais casos em que a necessidade da Administração resultar em valor inferior ao estabelecido, a emissão do pedido ficará condicionada à prévia consulta e aceitação expressa por parte da contratada, hipótese em que eventual recusa não configurará descumprimento contratual e nem ensejará a aplicação de penalidades.

6) CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

6.1 O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, em estrita conformidade com o disposto na Lei nº 13.303, de 2016 (Lei das Estatais), na Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no que couber), e no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios (RLCC) da Embrapa. Para a formulação da proposta, a licitante deverá considerar a integralidade de todos os componentes, características técnicas, especificações e quantidades que compõem cada item da planilha de preços e do **Anexo I – Especificações Técnicas Detalhada deste Termo de Referência**, apresentando um valor global indissociável para cada item. O valor unitário de cada item corresponderá ao valor final a ser registrado para fins de participação na etapa de lances da licitação, sendo este o valor a ser adjudicado e homologado no certame, pela conveniência e oportunidade desta Administração.

6.2 Os preços propostos pela licitante deverão ser absolutamente completos, abrangentes e definitivos para cada item, contemplando a totalidade dos custos e despesas direta ou indiretamente relacionados à execução integral e satisfatória do objeto, desde a produção/aquisição até a entrega final no destino, sem a possibilidade de quaisquer ônus adicionais para a Contratante. Esta composição de custos inclui, mas não se restringe a:

(a) Custos com materiais: todos os insumos, componentes, embalagens e ferramentas novas e de primeiro uso.

(b) Encargos sociais e trabalhistas: todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais relativas ao pessoal empregado no fornecimento, transporte e entrega dos bens.

(c) Tributos incidentes: todos os impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais decorrentes da operação de venda (como IPI, ICMS, PIS, COFINS).

(d) Seguros: seguro de transporte e demais coberturas necessárias para garantir a integridade total dos materiais até o seu recebimento definitivo.

(e) Logística e frete: despesas com transporte (frete CIF), embalagem especial, carregamento, descarregamento, manuseio e acondicionamento dos bens até o local de entrega indicado.

(f) Lucro: margem de rentabilidade pretendida pela empresa licitante.

(g) Despesas acessórias: taxas, custos cartorários, licenças ou quaisquer encargos adicionais para a regular execução do contrato.

(h) Garantia técnica: custos necessários para o atendimento da garantia de fábrica mínima exigida pelo edital.

Qualquer custo não expresso na proposta, mas inerente à plena execução do objeto e à conformidade com as especificações técnicas, será considerado de responsabilidade exclusiva da Contratada, não gerando direito a pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro ou pagamentos adicionais.

6.3 Apresentação da Proposta de Preços: A licitante deverá apresentar em sua proposta de preços, conforme **modelo no Anexo II** deste Termo de Referência e/ou em documentação técnica anexa, de forma clara, precisa e inequívoca, as características técnicas exaustivas e detalhadas de cada produto a ser fornecido para cada item, incluindo, mas não se limitando a: marca, modelo, versão, capacidade, dimensões e quaisquer outros atributos relevantes para a identificação e avaliação da aderência às especificações. A ausência, inconsistência, ambiguidade ou a não comprovação de atendimento a qualquer um desses requisitos poderá implicar na desclassificação da proposta e na inabilitação da licitante, conforme o caso.

6.4 Da Apresentação da Qualificação Técnica: A licitante deverá apresentar **no mínimo, 01 (um) atestado**, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente à execução satisfatória, compatível com o seguinte requisito: **fornecimento de bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades com o objeto da licitação**;

7) VIGÊNCIA (CONTRATO)

7.1 Não se aplica, por se tratar de pedido sob demanda, devendo atentar-se ao prazo de fornecimento estabelecido no item 5.2 deste Termo de Referência (TR) e da Autorização de Fornecimento (AF).

8) DA ETAPA DE LANCES

A etapa de lances será conduzida eletronicamente, após a classificação das propostas pelo Pregoeiro(a) ou Agente de Contratação. As regras detalhadas para a oferta de lances, incluindo o formato e o encerramento, estarão dispostas no Edital/Termo de Referência (TR) do certame e na legislação aplicável. É de responsabilidade exclusiva da licitante o acompanhamento contínuo da sessão no sistema eletrônico. O sistema exibirá ao participante os dados sobre os lance em tempo real, garantindo a transparência e a isonomia do processo.

9) DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Análise de Conformidade: Encerrada a fase competitiva de lances e ordenadas as propostas remanescentes em ordem crescente de preços, será procedida a análise da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM. Para ser aceita, a proposta deverá estar em estrita conformidade com todas as especificações técnicas, quantitativas e qualitativas estabelecidas no **Anexo I – Especificações Técnicas Detalhadas**, cujo envio da documentação complementar será solicitado pelo Pregoeiro(a) ou Agente de Contratação via sistema eletrônico.

9.2. Negociação: O Pregoeiro(a) ou Agente de Contratação poderá negociar diretamente com a licitante que apresentou o menor preço classificado, buscando obter um preço ainda mais vantajoso para a Administração. Essa negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, observando-se o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não sendo admitida a negociação de condições contratuais diferentes daquelas previstas no Edital.

9.3. Ausência de Lances: Na hipótese de não haver lances durante a etapa competitiva, o Pregoeiro(a) ou Agente de Contratação examinará a conformidade da proposta de menor preço inicialmente enviada com o valor estimado para a contratação. Nesses casos, será facultada a negociação direta com o proponente, via sala de mensagens eletrônicas do sistema, visando à redução do preço, nos mesmos moldes do subitem anterior.

9.4. Critérios de Desempate e Benefícios Legais: Serão rigorosamente observados os critérios de desempate e os benefícios legais conferidos às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), em estrita conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, bem como com as demais normativas pertinentes.

9.4.1. Empate Ficto: Considera-se configurado o empate ficto quando a proposta de uma ME ou EPP for igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor preço que não tenha sido apresentada por outra ME ou EPP.

9.4.2. Rito para o Exercício do Direito de Preferência: Ocorrendo a situação de empate ficto, será procedido o seguinte rito para o exercício do direito de preferência:

(a) A ME ou EPP mais bem classificada na situação de empate ficto será convocada a apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances. Se a condição for atendida, o objeto será adjudicado em seu favor.

(b) Em caso de não contratação com a ME ou EPP convocada na alínea (a), serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes que se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para exercerem o mesmo direito.

(c) Se houver equivalência de valores entre ME ou EPP que se encontrem no intervalo de 5% (cinco por cento) de empate, será realizado um sorteio eletrônico para identificar qual delas terá a prioridade para apresentar a melhor oferta.

9.4.3. Resolução do Empate: Caso a contratação não se concretize nos termos previstos para as ME/EPP, a adjudicação do objeto licitado se dará em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.5. Convocação para Envio da Proposta Final: A licitante que tiver sua proposta aceita e for declarada vencedora, após a aplicação dos direitos de preferência, quando couber, será convocada pelo Pregoeiro(a) ou Agente de Contratação para enviar, via sistema eletrônico, como anexo, sua proposta final no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação. Este prazo poderá ser prorrogado a critério do Pregoeiro(a), mediante justificativa.

9.6. Requisitos da Proposta Anexa: A proposta anexa deverá ser elaborada e enviada conforme o modelo padrão disponibilizado no Edital, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que comprometam sua clareza ou validade. Deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos e informações, essenciais para a verificação e habilitação:

(a) Identificação Completa da Licitante: Razão social, número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), endereço completo (incluindo rua, número, bairro, cidade, estado, CEP), números de telefone, fax (se aplicável), endereço de e-mail, data de emissão, nome completo e cargo do representante legal responsável pela proposta. Adicionalmente, deverá ser informado o nome, cargo, CPF e RG do responsável pela empresa que assinará o Contrato, bem como os dados bancários completos (número da conta corrente, agência e banco) para fins de crédito.

(b) Especificações Técnicas Detalhadas dos Produtos: Descrição clara e inequívoca de cada item ofertado, indicando marca, modelo, versão, e todos os elementos que identifiquem perfeitamente o produto, garantindo a conformidade com as configurações mínimas exigidas neste Termo de Referência (Anexo I) e no

Edital. Deverá constar também o país de origem de fabricação.

(c) Preços Propostos: Indicação dos preços unitários e totais ofertados para cada item.

(d) Prazo de Validade da Proposta: Mínimo de 90 (noventa) dias consecutivos, a contar da data da sessão pública do pregão eletrônico, conforme modelo de proposta.

(e) Prazo de Garantia do Produto: Informação expressa do prazo de garantia ofertado para cada produto, conforme exigência mínima do Termo de Referência.

9.7. Exame de Aceitabilidade da Proposta: O Pregoeiro(a) ou Agente de Contratação realizará o exame de aceitabilidade da proposta de menor preço, avaliando sua conformidade com o valor estimado para a contratação e a correção da Proposta de Preços enviada como anexo. A decisão de aceitação ou recusa será devidamente motivada, em conformidade com as diretrizes do Edital e seus Anexos.

9.7.1. Correção de Falhas: Em caso de falha ou inconsistência no preenchimento da proposta anexa, o Pregoeiro(a) poderá, a seu critério, solicitar à licitante, via mensagem eletrônica no sistema, que complemente, refaça ou efetue a correção necessária. Tal solicitação será acompanhada de um prazo determinado para atendimento e estará condicionada à não majoração do preço ofertado, sob pena de desclassificação da proposta.

9.8. Desclassificação da Proposta: A proposta será desclassificada caso:

- (a) Contenha vícios ou ilegalidades.
- (b) Não apresente as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e no Edital.
- (c) Apresente preços finais superiores ao valor máximo estabelecido para a contratação.
- (d) Apresente preços manifestamente inexequíveis.
- (e) Apresente preço baseado em outras propostas ou ofereça redução sobre a de menor valor.
- (f) Apresente qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, bem como preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.
- (g) Apresente valor zero ou valores irrisórios, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante para os quais haja renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.
- (h) Não comprove sua exequibilidade, em especial em relação ao preço apresentado, quando solicitado.

9.8.1. Preços Inexequíveis: Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos diretos e indiretos decorrentes da contratação pretendida, inviabilizando a execução do objeto conforme as exigências editalícias.

9.9. Proposta Subsequente: Se a proposta de menor preço for considerada não aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de envio/correção da proposta anexa, ou ainda, se não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até que seja apurada uma proposta que atenda integralmente a todos os requisitos do Edital e deste Termo de Referência.

9.9.1. Negociação com Proposta Subsequente: Em qualquer fase de análise das propostas subsequentes, o Pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante convocada para que seja obtido um preço mais vantajoso para a Administração.

9.10. Anúncio do Vencedor: Concluída a etapa de lances, e após a negociação com o licitante para obtenção de preço aceitável (quando aplicável), o Pregoeiro(a) anunciará formalmente a proposta vencedora do certame.

9.11. Validade da Proposta Vencedora: A validade da proposta vencedora, caso esteja expirada no momento da adjudicação, poderá ser prorrogada mediante a expressa concordância da licitante, por um período de 60 (sessenta) dias ou por prazo superior, conforme o interesse da Administração.

9.12. Formato de Envio da Proposta Anexa: O envio da proposta anexa, quando solicitado pelo Pregoeiro(a), deverá ser efetuado em arquivo único, preferencialmente no formato PDF, ou em outros formatos compatíveis com os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-PING), como "Word", "Excel" ou "BrOffice", podendo, a critério da licitante, ser compactado. O não envio no prazo e formato corretos implicará na desclassificação da proposta.

10) OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deverá cumprir rigorosamente as obrigações abaixo, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável, no Edital, na Ata de Registro de Preços, na Autorização de Fornecimento e em seus anexos:

10.1 Do Fornecimento e da entrega:

- a) Fornecer os materiais novos, de primeiro uso, sem avarias e em perfeitas condições de uso, conforme as especificações, quantidades e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e em seus anexos.
- b) Realizar a entrega dos itens no local indicado no item 5.1 deste TR, dentro do prazo **máximo de 30 (trinta) dias corridos**, contados da emissão da Autorização de Fornecimento (AF), ou outro prazo específico previsto para item determinado.
- c) Disponibilizar, quando aplicável, no ato da entrega, manuais de instrução, certificados de garantia, fichas técnicas, catálogos ou demais documentos necessários ao uso regular do item fornecido.

10.2 Da Qualidade e Garantia:

- e) Prestar garantia técnica mínima para todos os materiais fornecidos, a contar da data de aceitação definitiva, conforme prazo estabelecido na descrição detalhada do(s) item(ns).
- f) Realizar, durante o período de garantia, a substituição os materiais que apresentarem defeitos de fabricação ou funcionamento, sem ônus adicionais para a Contratante e em tempo hábil para não prejudicar as atividades da Embrapa.
- g) Manter equipe técnica qualificada para prestar o suporte e a assistência técnica necessária, quando solicitado.

10.3 Da Conduta e Conformidade:

- h) Cumprir as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018, no que couber, caso haja tratamento de dados pessoais durante a execução contratual.
- i) Não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto desta contratação sem prévia e expressa autorização da Embrapa.
- j) Abster-se de utilizar a marca, logotipos ou qualquer referência à Embrapa Agricultura Digital para fins de publicidade ou divulgação sem a devida autorização formal da Contratante.
- k) Assumir a responsabilidade por todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e quaisquer outros decorrentes da execução do contrato.
- l) Arcar com todas as despesas relativas a transportes, fretes, seguros, mão de obra, tributos, taxas e quaisquer outros ônus necessários ao cumprimento integral do objeto.

10.4 Das Sanções:

- m) Sujeitar-se às sanções previstas na Lei nº 13.303/2016, no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa (RLCC), e demais normas aplicáveis, em caso de descumprimento das obrigações contratuais.
- n) Sem prejuízo de outras sanções, em caso de atraso injustificado na entrega dos equipamentos, estará sujeita à aplicação de multa de 1% (um por cento) ao dia (dia corrido), sobre o valor da entrega fora do prazo previsto, até o limite de 30% (trinta por cento) o que poderá levar à rescisão deste Contrato, com aplicação das demais penalidades decorrentes.

11) OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Embrapa Agricultura Digital terá as seguintes obrigações, sem prejuízo de outras previstas em lei e no edital:

11.1 Do Acompanhamento e Fiscalização:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento, por meio de seu(s) fiscal(is) técnico(s) e administrativo(s), devidamente designado(s).
- b) Fornecer as informações e o apoio necessários para a correta execução do objeto, dentro das possibilidades da Contratante.

11.2 Do Recebimento e Pagamento:

- c) Realizar o recebimento dos equipamentos em conformidade com o disposto neste Termo de Referência e na legislação aplicável.
- d) Efetuar o pagamento à Contratada no prazo e condições estabelecidas no Edital e na Autorização de Fornecimento (AF), após a regular entrega, aceitação e ateste da nota fiscal/fatura.

11.3 Da Informação:

e) Prestar as informações e os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratada, relacionados à execução do objeto.

12) DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento do objeto será realizado em duas fases, conforme segue:

12.1 Recebimento Provisório: O recebimento provisório ocorrerá após a entrega do material, e será atestado pelo Fiscal Técnico do Contrato ou por empregado designado, por meio de termo circunstanciado ou documento equivalente. Esta etapa visa a verificação visual da integridade dos materiais e a conformidade das quantidades entregues com o solicitado na Autorização de Fornecimento (AF). O prazo para o recebimento provisório será de até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da entrega.

12.2 Recebimento Definitivo: O recebimento definitivo será realizado após a verificação da qualidade, funcionalidade e desempenho de todos os materiais. O recebimento definitivo será atestado pelo Fiscal Técnico do Contrato, em conjunto com o Fiscal Administrativo, por meio de termo circunstanciado ou documento equivalente, após a comprovação de que os equipamentos atendem plenamente a todas as especificações e condições deste Termo de Referência. O prazo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis a contar da data do recebimento provisório.

13) DO PAGAMENTO

13.1. Prazo e Condições Gerais: O pagamento do preço contratado será efetuado pela Embrapa no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato ou empregado designado, e após o recebimento definitivo dos produtos, conforme as etapas de verificação e aceitação especificadas no Item 12 deste Termo de Referência e a emissão da Autorização de Fornecimento (AF).

13.2. Vencimento em Dia Não Útil: Caso a data de vencimento do documento fiscal (Nota Fiscal/Fatura) recaia em dia sem expediente na Embrapa (sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos), o pagamento será automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

13.3. Meio e Dados Bancários: O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária (OB), em conta corrente e agência bancária a serem explicitamente indicadas pela Contratada no corpo da Nota Fiscal/Fatura ou em documento fiscal equivalente. É de responsabilidade da Contratada a correta e clara informação dos dados bancários.

13.4. Retenções Tributárias: Sobre os valores brutos referentes ao fornecimento de produtos, a Embrapa procederá às retenções na fonte dos tributos federais e, quando aplicável, das contribuições sociais e demais encargos legais, em estrita observância à legislação vigente. As retenções abrange, mas não se limitam a:

- (a) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ);
- (b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- (c) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- (d) Programa de Integração Social e de Formação do Servidor Público (PIS/PASEP). Estas retenções serão realizadas conforme as alíquotas e as regras estabelecidas nas Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), especialmente a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e suas atualizações, que dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades.

13.4.1. Outras Retenções (ISSQN e INSS): Adicionalmente, quando aplicável pela natureza do serviço agregado ou do produto, serão retidas as alíquotas correspondentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e à Contribuição Previdenciária (INSS), conforme a legislação municipal e federal específica.

13.4.2. Destaque em Nota Fiscal e Consequências: A Contratada deverá destacar os valores ou percentuais correspondentes a todas as retenções devidas, quando da emissão das Notas Fiscais/Faturas. O não destaque, o destaque incorreto ou a falta de cumprimento das obrigações acessórias poderá implicar na retenção pelo valor integral ou na suspensão do pagamento até a regularização.

13.4.3. Regime de Recolhimento do Simples Nacional: Caso a Contratada seja Optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura e com a mesma data de emissão desta, uma DECLARAÇÃO formal, em papel timbrado da empresa, devidamente assinada por seu representante legal e com carimbo do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Esta declaração deverá atestar sua condição de optante pelo Simples Nacional e informar que não há retenção dos impostos federais mencionados no subitem 13.4, em conformidade com o Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 (ou legislação que a suceder). A ausência ou irregularidade desta declaração implicará na retenção dos tributos, conforme a regra geral.

13.5. Responsabilidade da Contratada: A Embrapa não se responsabilizará por quaisquer ônus decorrentes de incorreções na apresentação dos dados bancários ou na emissão da Nota Fiscal/Fatura por parte da Contratada.

14) DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES CONTRATUAIS

A inexecução, total ou parcial, das obrigações assumidas pela Contratada em decorrência deste Termo de Referência, do Edital, da Autorização de Fornecimento e dos demais instrumentos que regem a contratação, configurará infração administrativa. Tais infrações sujeitarão a Contratada à aplicação de sanções administrativas, conforme previsto na Lei nº 13.303, de 2016 (Lei das Estatais), no Decreto nº 11.462, de 2023, e, subsidiariamente, na Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos causados à Embrapa. Ressalta-se que a imposição de qualquer sanção será precedida de processo administrativo formal, assegurando-se à Contratada o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.

14.1. Modalidades de Sanções Aplicáveis: A Embrapa, no exercício de sua prerrogativa de fiscalização e gestão contratual, poderá aplicar à Contratada, de forma isolada ou cumulativa, as seguintes modalidades de sanções administrativas, cuja graduação observará a natureza e a gravidade da infração cometida:

- Advertência;
- Multa;
- Declaração de Impedimento de Licitar e Contratar com a Embrapa.

14.2. Da Advertência: A sanção de Advertência, de caráter formal e registrado, será aplicada quando ocorrer o descumprimento de obrigações contratuais que, embora relevantes, sejam consideradas de natureza leve e não acarretem prejuízo significativo à Embrapa ou à execução do objeto. A decisão pela aplicação da advertência será proferida a critério da Embrapa, mediante justificativa fundamentada que ateste a inadequação de penalidade mais severa. Contudo, a reincidência em faltas que motivaram advertência, ou o cometimento de nova infração de maior gravidade, poderá ensejar a aplicação de penalidade mais severa, como a multa, de modo a coibir a continuidade da conduta inadequada.

14.3. Da Multa por Inexecução ou Falha Contratual: A penalidade de multa será imposta sempre que a Contratada incorrer em descumprimento de obrigações contratuais que causem prejuízo à Embrapa, comprometam a regularidade da execução do objeto, ou não se enquadrem nas hipóteses de advertência ou impedimento direto. O valor da multa será calculado sobre o valor total do item específico, do contrato ou da Autorização de Fornecimento, conforme o grau de incidência da infração e o percentual correspondente.

14.3.1. Escala de Cálculo da Multa: O percentual da multa, a ser aplicado sobre o valor total registrado em Ata, será determinado conforme o grau de gravidade da infração:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	(0,5% do valor total registrado em ata)
2	(1% do valor total registrado em ata)
3	(1,5% do valor total registrado em ata)
4	(2% do valor total registrado em ata)
5	(5% do valor total registrado em ata)
6	(10% do valor total registrado em ata)

14.3.2. Classificação das Infrações e Incidência da Multa: As condutas infracionais sujeitas à aplicação de multa e os respectivos graus de incidência são detalhados a seguir, visando a clareza e a previsibilidade para a Contratada:

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDE
1	Executar serviço com atraso em relação ao prazo estipulado	2	
2	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	
3	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição indevida de material.	2	
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	6	
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	
	Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	
8	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	

14.3.3. Cumulatividade e Limite da Multa: A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções administrativas. O valor total acumulado das multas aplicadas durante a vigência do contrato não poderá ultrapassar o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do item contratado, sob pena de rescisão unilateral do contrato. A aplicação da multa não isenta a Contratada da obrigação de indenizar a Embrapa por perdas e danos que excedam o valor da penalidade.

14.3.4. Processo de Recolhimento da Multa: As multas aplicadas deverão ser recolhidas pela Contratada em favor da Embrapa, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), no prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da intimação formal da decisão de aplicação da multa. O comprovante de recolhimento deverá ser encaminhado à Embrapa. A Embrapa reserva-se o direito de descontar o valor da multa diretamente de quaisquer pagamentos devidos à Contratada e/ou da garantia de execução contratual prestada, observada a legislação vigente. Caso o valor a ser descontado pela Embrapa seja insuficiente para cobrir o total da multa aplicada, a Contratada será compelida a recolher o saldo devedor no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial do saldo devedor, sob pena de inscrição em Dívida Ativa da União e demais medidas legais cabíveis.

14.4. Do Impedimento de Licitar e Contratar com a Embrapa: A sanção de Declaração de Impedimento de Licitar e Contratar com a Embrapa constitui uma das penalidades mais severas, implicando na proibição de participar de novas licitações e de celebrar contratos com esta Empresa Pública, bem como no descredenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no cadastro de fornecedores da Embrapa, pelo prazo de até 2 (dois) anos. Esta penalidade será aplicada nos casos de inexecução parcial ou total grave das obrigações contratuais. A caracterização da inexecução parcial ou total grave dar-se-á pelos seguintes critérios:

14.4.1. Critério de Inexecução por Quantidade de Infrações Acumuladas: Atingimento de um número mínimo de infrações acumuladas, conforme a gradação a seguir, que determinará o grau e o tempo da sanção de impedimento:

Quantidade de infrações		
Grau	Inexecução Parcial	Inexecução Total
1	07 ou mais	12 ou mais
2	06 ou mais	11 ou mais
3	05 ou mais	10 ou mais
4	04 ou mais	07 ou mais
5	03 ou mais	05 ou mais
6	02 ou mais	03 ou mais

14.4.2. Critério de Inexecução por Acúmulo de Multas: Atingimento de um somatório de multas aplicadas igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total registrado em ata para caracterizar a inexecução parcial, ou igual ou superior a 20% (vinte por cento) do valor total registrado em ata para caracterizar a inexecução total, conforme as multas tipificadas no subitem 14.3.2.

14.4.3. Disposições Finais sobre o Impedimento: Esta sanção será aplicada sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total registrado em ata, e das demais cominações legais cabíveis, incluindo a possibilidade de rescisão do contrato e indenização por perdas e danos.

15) DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NO CERTAME

15.1. No presente certame licitatório, será admitida a participação de empresas de forma exclusivamente individual, ou seja, não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, nem de cooperativas. Esta diretriz visa a assegurar a simplicidade processual, a clareza na atribuição de responsabilidades e a eficiência na gestão contratual, sem prejuízo da competitividade e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

15.2. Justificativa para a Não Admissão de Consórcios e Cooperativas: A decisão de restringir a participação a empresas de forma individual, vedando a formação de consórcios e a participação de cooperativas, fundamenta-se nos seguintes aspectos técnicos, jurídicos e de conveniência administrativa, em estrita conformidade com o disposto no art. 15, inciso IV, da Lei nº 13.303, de 2016, e no art. 15, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021, que permitem a restrição justificada da participação em consórcios:

(a) O objeto desta contratação, que compreende a aquisição de **materiais de consumo e permanente** insere-se na categoria de bens comuns, caracterizados por sua padronização e por especificações que podem ser objetivamente definidas pelo mercado. A inerente baixa a média complexidade tecnológica desses itens e a ausência de demandas que requeiram a conjugação de capacitações técnicas, operacionais ou econômico-financeiras complementares entre diferentes entidades, tornam desnecessária a participação agrupada. As soluções almejadas são integralmente passíveis de fornecimento por empresas que operam de forma individual no mercado.

(b) A análise de mercado previamente conduzida e a experiência da Embrapa em aquisições de natureza similar demonstram a existência de um amplo e qualificado universo de empresas capazes de atender, de forma individualizada e em sua totalidade, a todas as exigências técnicas, operacionais e econômico-financeiras estabelecidas no edital. Dessa forma, a permissão para a formação de consórcios ou a participação de cooperativas não se configura como um requisito indispensável para a garantia da execução contractual nem para a ampliação da disputa competitiva.

(c) A admissão de consórcios e cooperativas tende a introduzir um grau acentuado de complexidade nas diversas fases do processo licitatório e, subsequentemente, na gestão contratual. Procedimentos como a verificação de habilitação de múltiplos integrantes, a necessidade de controle sobre os instrumentos constitutivos e eventuais alterações de composição do consórcio, bem como a avaliação das particularidades legais e operacionais das cooperativas (notadamente em relação ao regime de trabalho dos cooperados), exigiria um dispêndio desproporcional e injustificado de tempo e recursos administrativos por parte da Embrapa. Essa complexidade se mostra inócua diante da natureza do objeto, que pode ser eficientemente gerido por uma única pessoa jurídica.

(d) A celebração de contratos com uma única entidade jurídica simplifica de forma significativa a atribuição de responsabilidades, tanto na fase de execução quanto nos procedimentos de fiscalização e aplicação de penalidades. Embora a legislação preveja a responsabilidade solidária em consórcios, a gestão de comunicações, a resolução de intercorrências e a imputação de sanções podem se tornar consideravelmente mais complexas. Para cooperativas, a fiscalização da relação entre a cooperativa e seus cooperados na consecução do objeto contratado pode gerar desafios adicionais. A participação individual, portanto, promove maior transparência, direcionalidade e efetividade na relação contratual e na gestão dos deveres e ônus.

(e) A vedação à participação de consórcios e cooperativas, no contexto específico desta aquisição, não representa uma limitação indevida à competitividade. Pelo contrário, ao eliminar as complexidades administrativas e jurídicas associadas à gestão de entidades multi-partícipes, a Embrapa busca atrair um número ainda maior de licitantes focados exclusivamente na apresentação da proposta mais vantajosa para o fornecimento de bens comuns. Tal medida promove um ambiente de disputa justo, eficiente e concentrado na qualificação individual das empresas para atender plenamente ao objeto.

15.3. Requisitos de Habilitação da Licitante Individual: A licitante participante, por se apresentar individualmente, deverá demonstrar, em todas as fases do certame (habilitação e proposta), que possui, por si só, todos os requisitos de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista exigidos no Edital, para a execução integral e satisfatória do objeto.

16) DA DESCRIÇÃO DOS ITENS

16.1. Detalhamento de Especificações e Quantidades: As especificações técnicas mínimas e as quantidades necessárias para os produtos objeto desta contratação estão detalhadas no **Anexo I do presente Termo de Referência**, que é parte integrante e indissociável deste documento.

17) DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação será tratado como sigiloso, em conformidade com o disposto no art. 31, § 3º, inciso II, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais), e nas disposições pertinentes do Regulamento de Licitações e Contratos da Embrapa (RLCC), que permitem à Administração optar pelo sigilo do orçamento estimado com o objetivo de assegurar a competitividade do certame e obter a proposta mais vantajosa.

17.1. Apuração do Valor e Base Legal: O valor global estimado para esta licitação será apurado com base em pesquisa de mercado, em estrita conformidade com as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, e suas eventuais atualizações.

17.2. Caráter Estimativo das Quantidades: As quantidades de itens especificadas neste Termo de Referência e no Edital constituem mera estimativa para fins de planejamento da contratação, não se configurando, em hipótese alguma, como compromisso futuro de aquisição ou como quantidades mínimas a serem consumidas pela Embrapa Agricultura Digital. Tais quantidades poderão sofrer alterações em decorrência das necessidades da Embrapa, sem que isso gere qualquer direito à indenização para a licitante contratada.

17.3. Prevalência das Especificações do Edital: Em caso de eventual divergência entre as especificações dos itens detalhadas no Edital e aquelas constantes do sistema eletrônico (Comprasnet), prevalecerão sempre as especificações pormenorizadas no Edital. Esta regra se justifica pela limitação intrínseca do CATMAT – Catálogo de Material do COMPRASNET, que nem sempre permite a identificação de códigos que reflitam precisamente as especificações técnicas complexas ou específicas que se pretende contratar.

18) DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos orçamentários da Embrapa Agricultura Digital, conforme dotação a ser indicada no respectivo processo licitatório.

19) DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Quaisquer casos omissos ou dúvidas referentes à interpretação ou execução deste Termo de Referência serão dirimidos pela Embrapa Agricultura Digital, com base na legislação pertinente.

19.1. Legislação Aplicável e Condutas: À presente licitação e ao contrato dela decorrente aplicam-se a Lei nº 13.303/2016, o Decreto nº 8.945/2016, o Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa e, subsidiariamente, a Lei nº 14.133/2021. Condutas criminosas relacionadas a licitações e contratos, incluindo as previstas no Código Penal e na Lei nº 12.846/2013, serão apuradas na forma da lei.

19.2. Contagem de Prazos: Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil, considerando o horário de funcionamento da unidade da Embrapa em Campinas-SP.

19.3. Foro Competente: Fica eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir questões relativas ao contrato, com renúncia a qualquer outro.

19.4. Sigilo e Confidencialidade: A CONTRATADA deverá manter sigilo sobre informações confidenciais da Embrapa a que tiver acesso em razão do contrato, obrigação que persiste após o término da vigência contratual.

19.5. Comunicações: As comunicações e notificações formais entre as partes deverão ser realizadas por escrito e protocoladas, ou por meio eletrônico oficial, conforme estabelecido no contrato.

20) RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

Elaborador

NANCÍ CASSINI MANZOTI ANDRADE (SPS)
Técnica
Mat. 313723

JOSÉ MIVALDO OLIVEIRA SANTOS (SIL)
Supervisor
Mat. 331914

Conferente

INDRIATI ILSE NANGOI (SPS)
Analista
Mat. 354899

21) APROVAÇÃO MOTIVADA DO TERMO DE REFERÊNCIA

Considerando a análise das justificativas técnicas e econômicas apresentadas, bem como a conformidade com as diretrizes e requisitos estabelecidos na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, e demais normas pertinentes, **APROVO** o presente Termo de Referência.

Este Termo de Referência contém as condições e especificações necessárias e adequadas para a contratação dos bens e serviços descritos, demonstrando a pertinência, a necessidade e a vantajosidade para a Embrapa Agricultura Digital.

EDUARDO CAPUTI
Chefe Adjunto de Administração da Embrapa Agricultura Digital
Matricula: 273728
Portaria: N. 61/2022, de 17/01/2022

ITEM	GRUPO	Cód CATMAT	Cod SAP	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QTDE.
1	Material Elétrico	633018	3003795	Adaptador de tomada, padrão novo para antigo, 2P+T	UND.	50
2	Material Elétrico	433501	3005746	Adaptador de tomada, padrão antigo para novo, 2P+T	UND.	50
3	Material Elétrico	420120	3003799	Adaptador Tomada Nema para NBR14136 2P+T Adaptador Nema 5-15P - 15A para NBR14136 - 10A - 120/250V 2P+T	UND	50
4	Material Elétrico	429272	1021338	Adaptador SDS Plus com Mandril 1/2 Referência: Bosh 2607000982-000	UND.	2
5	Material Elétrico	609862	1021342	Cabo Flexível 2,5mm 750V 100m Amarelo Produto: Cabo Elétrico Flexível (Condutor Isolado) Seção Nominal (Bitola): 2,5 mm². Comprimento da Embalagem: Rolo selado com 100 metros contínuos. Cor da Isolação: Amarela.	UND.	2
6	Material Elétrico	616962	3005495	Disjuntor Monopolar Din 10A Curva C 3KA Referência: Disjuntor Din Monopolar EASY9,1P,10A, Curva C,3000A,220/400V Marca Schneider	UND	4
7	Material Elétrico	616750	3005496	Disjuntor Monopolar Din 16A Curva C 3KA Referência: Disjuntor Din Monopolar EASY9 1P 16A Curva C 3000A Schneide - 220/400V	UND	4
8	Material Elétrico	616749	3005497	Disjuntor Monopolar Din 20A Curva C 3KA Referência: Disjuntor Din Monopolar EASY9 1P 20A Curva C 3000A Schneider - 220/400V	UND	20
9	Material Elétrico	616748	3005498	Disjuntor Monopolar Din 25A Curva C 3KA Referência: Disjuntor Din Monopolar EASY9 1P 25A Curva C 3000A Schneider - 220/400V	UND	4
10	Material Elétrico	616747	3004392	Disjuntor Monopolar Din 32A Curva C 3KA Referência: Disjuntor Din Monopolar EASY9 1P 32A Curva C 3000A Schneider - 220/400V	UND	4
11	Material Elétrico	616746	3005485	Disjuntor Din Bipolar 10A Curva C 3KA Referência: Disjuntor Din Bipolar EASY9 2P 10A Curva C 3000A Schneider - 220/400V	UND	4
12	Material Elétrico	616745	3004379	Disjuntor Din Bipolar 16A Curva C 3KA Referência: Disjuntor Din Bipolar EASY9 2P 16A Curva C 3000A Schneider - 220/400V	UND	4
13	Material Elétrico	616744	3005487	Disjuntor Din Bipolar 20A Curva C 3KA Referência: Disjuntor Din Bipolar EASY9 2P 20A Curva C 3000A Schneider - 220/400V	UND	20
14	Material Elétrico	477061	3005488	Disjuntor Din Bipolar 25A Curva C 3KA Referência: Disjuntor Din Bipolar EASY9 2P 25A Curva C 3000A Schneider - 220/400V	UND	4
15	Material Elétrico	477060	3004422	Disjuntor Din Bipolar 32A Curva C 3KA Referência: Disjuntor Din Bipolar EASY9 2P 32A Curva C 3000A Schneider - 220/400V	UND	4
16	Material Elétrico	401220	3008926	Disjuntor Din Tripolar 40A Curva C 3KVA Referência: Disjuntor Din Tripolar EASY9 40A Curva C 3000A Schneider - 220/400V	UND	2
17	Material Expediente	397293	1002689	Estilete Trapezoidal Retratil 180mm Estilete de Lâmina Trapezoidal 180mm - Vonder	UND.	5
18	Material Elétrico	614166	3008959	Extensao Flexível para Parafusadeira Extensão Flexível Magnética 1/4 300 Mm Para Parafusadeira e Furadeira	UND.	7
19	Material Elétrico	232306	3004588	Filtro de Linha 5 Tomadas Fusível 10A Padrão novo, no mínimo 5 tomadas e chave de liga e desliga, com fusível de 10A, cabo de 1,5 Metro.	UND.	50
20	Material Elétrico	419864	3000568	Fita isolante,19mmx10m, cor preta Referência: Fita Isolante Alta Fusao Preta 19mm x 10m - 3M"	UND.	20
21	Material Elétrico	631872	3004621	Fita Isolante Autofusao 19mm x 10m Referencia: Fita Isolante de Alta Fusão Preta 19mm x 10m - 23 - 3M"	UND.	5

ITEM	GRUPO	Cód CATMAT	Cod SAP	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QTDE.
22	Material Elétrico	453805	3004670	FUSIVEL NH 1 AR ULTRA RAPIDO 200A	UND	7
23	Material Elétrico	453803	3008960	FUSIVEL NH 1 AR ULTRA RAPIDO 250A	UND	12
24	Material Elétrico	479519	3004676	Fusível De Vidro 10a Para Extensão Filtro De Linha 250v	UND.	100
25	Material Elétrico	391738	3004743	KIT BLOQUEIO MULTIUSO PARA DISJUNTOR (DIN/NEMA/CAIXA MOLDADA)	UND	2
26	Material Elétrico	429309	3008995	Lâmpada Compacta Fluorescente tipo PL 15W 6000K - 220v Referência Philips ou Osram	UND.	5
27	Material Elétrico	445742	1016461	Lâmpada Led alta potência 60W BR fria 6500K BV, socket E40, Referência Philips	UND	16
28	Material Elétrico	614451	1015334	Lâmpada Led, tubular T8, base G-13, 1200mm, HO, 18w, 4000K, Selo Porcel, Bivolt 100-240V, 2100 lúmens, IRC -80, vida útil 25.000 horas – De igual ou superior qualidade à marca Philips	UND.	1000
29	Material Elétrico	436985	3008962	Lampada LED Tubular T5 16W 1850LM 4000K Referência: Philips Lâmpada Led Philips Tub T5 CorePro 16W 116cm 4000K 1850LM BV G5	UND.	100
30	Material Elétrico	445742	3004886	Lampada LED PAR20 E27 4000K Produto: Lâmpada LED Tipo PAR20 Tecnologia de Iluminação: LED (Light Emitting Diode), com alta eficiência energética e baixa emissão de calor. Modelo/Formato do Bulbo: PAR20 (formato refletor direcionado com acabamento facetado ou lente difusora). Tipo de Base/Soquete: E27 (padrão de rosca residencial/comercial comum). Temperatura de Cor: Mínimo de 4.000 K (Branco Neutro) a superior (como 6.500 K - Branco Frio)	UND.	40
31	Material Elétrico	601389	3008963	Lanterna Holofote LED 1500 Lumens Produto: Lanterna Portátil de Mão Tipo HolofoteTecnologia de Iluminação: Equipada com LED de alta potência (tipo CREE ou similar), com foco de longo alcance e excelente dissipação térmica.Fluxo Luminoso: Mínimo de 1.500 Lúmens, garantindo iluminação de alta intensidade. Modos de Operação (Funções): Mínimo de 3 modos de luz selecionáveis por botão estanque (Luz alta/máxima potência, Luz baixa/econômica e Modo Strobo/Pisca de emergência). Alimentação e Bateria: Bateria interna de Íons de Lítio (Li-Ion) recarregável de alta capacidade e autonomia (mínimo de 2 a 4 horas de uso contínuo no modo de potência máxima).	UND.	7
32	Material Elétrico	480046	3007868	Lanterna de Inspecao Recarregavel 2W Referência: Lanterna Recarregável De Inspeção 2 W Cob Lr180i Vonder	UND.	3
33	Material Elétrico	624594	1019783	Lixadeira Angular 7 Pol 2200W 220V Referência: Lixadeira Angular 7 Pol. 2.200W 220V MAKITA-SA7021	UND.	2
34	Material Elétrico	421483	1020761	Plugue Macho 2P+T 10A 90 Graus Produto: Plugue Macho Desmontável Angular (90°) Design / Formato: Saída do cabo em ângulo de 90° (graus) em relação aos pinos, ideal para conexões atrás de móveis, painéis ou locais com espaço reduzido, evitando dobras e quebras no cabo elétrico. Padrão de Conectividade: Configuração de pinos redondos em conformidade com o padrão brasileiro (NBR 14136). Número de Polos / Pinos: 2P+T (Dois polos + Pino central de aterramento). Capacidade Elétrica Nominal: Corrente máxima de 10 A e suporte para tensão de até 250 V em corrente alternada (AC)	UND.	50
35	Material Elétrico	421483	3005068	Plugue Macho Preto 2P+T 10A 250V Produto: Plugue Macho Desmontável para Instalações Elétricas Padrão de Conectividade: Configuração de pinos em conformidade com o padrão brasileiro vigente (NBR 14136). Número de Polos / Pinos: 2P+T (Dois polos redondos + Pino central de aterramento). Capacidade Elétrica Nominal: Corrente máxima de 10 A e suporte para tensão de até 250 V em corrente alternada (AC) — compatível com redes de 110V/127V e 220V. Cor: Preta. Referência: PLD113 Margirius	UND	50

ITEM	GRUPO	Cód CATMAT	Cod SAP	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QTDE.
36	Material Hidráulico	460844	3000334	Adesivo para PVC 175g Frasco c/ Pincel Produto: Adesivo Plástico para PVC Rígido Estado Físico / Aspecto: Líquido fluido, transparente ou levemente opaco. Volume/Peso Líquido: 175 gramas. Tipo de Embalagem: Frasco plástico rígido equipado com pincel aplicador integrado à tampa, que facilita a distribuição homogênea do produto e evita o desperdício.	UND.	3
37	Material Hidráulico	629223	3001789	Fita Adesiva Veda Rosca 18mm x 25m Referência: Fita Veda Rosca 18mmx25m, referência marca Tigre	UND.	20
38	Material Hidráulico	443645	3008127	Torneira Jardim Parede Alavanca Metal 1/2 Produto: Torneira de Parede para Jardim ou Área de Serviço Tipo de Bica: Bica reta, com bico união removível para encaixe e fixação de mangueiras de jardim. Medida da Rosca de Entrada (Bitola): 1/2 polegada.	UND.	10
39	Material Hidráulico	249828	3001200	Torneira Jardim Parede Alavanca Metal 3/4 Produto: Torneira de Parede para Jardim ou Área de Serviço Tipo de Bica: Bica reta, com bico união removível para encaixe e fixação de mangueiras de jardim. Medida da Rosca de Entrada (Bitola): 3/4 de polegada (acompanha bucha de redução para 1/2 polegada, se aplicável, para garantir compatibilidade).	UND.	5
40	Manutenção e ferramentas	615291	3003812	Alicate Amperímetro Digital Referência: Fluke 302+	UND.	2
41	Manutenção e ferramentas	253348	1012809	Alicate de Pressão Mini 5", em Aço Referência: King Tony 6011-05R	UND.	2
42	Manutenção e ferramentas	288270	1012258	Alicate de Pressão 10 Pol Profissional Referência: Alicate de Pressão 10", em Cromo Vanadio - Gedore 137-10	UND.	2
43	Manutenção e ferramentas	412014	1021339	Assento Sanitário PCD Elevado 7,5cm Produto: Assento Sanitário Elevado para Acessibilidade Altura do Assento: 7,5 cm (altura de elevação nominal) Material de Fabricação: Plástico de engenharia de alta densidade (Polietileno ou Polipropileno) com acabamento liso, atóxico, lavável e de fácil higienização. Capacidade de Carga Mecânica: Suporte de carga de, no mínimo, 120 kg	UND.	5
44	Manutenção e ferramentas	444401	3005796	Bateria Selada 12V 7Ah VRLA AGM Tensão Nominal: 12 V. Capacidade Nominal: 7 Ah (Ampere-hora) Composição da bateria: AGM	UND.	4
45	Manutenção e ferramentas	601251	1021370	Cabo Transferencia Carga 800A 3,5m Referência: Cabo de transferência de carga (para bateria) de 800 AH para caminhão 3,5 M - VONDER-7899800350	UND.	2
46	Manutenção e ferramentas	224361	5001488	Camera Termografica Portatil Digital Referência: Câmera Térmica Termográfica Minipa Mtv-120 Superior Flir	UND.	2
47	Manutenção e ferramentas	600812	5002063	Carregador de Bateria 12V Portatil Referência: Carregador de Bateria 12V CBV 1600 - VONDER-847160	UND.	2
48	Manutenção e ferramentas	627690	1012347	Carrinho Oficina Azul 2 Portas 3 Gav Referência: Carrinho para Ferramentas Azul com 2 Portas 3 Gavetas C-06 - FERCAR-65	UND.	2
49	Manutenção e ferramentas	320133	1021343	Cola Instantanea Cianoacrilato 20g Referência: Cola Instantânea 20g tipo "TekBond 793"	UND.	5
50	Manutenção e ferramentas	239445	1017178	Corda de Polipropileno 12mm com 30m Produto: Corda Trançada Multifilamento Diâmetro Nominal (Bitola): 12 mm Comprimento: Rolo ou meada contendo 30 metros contínuos (sem emendas) Tipo: Tipo trançada (multifilamento)	UND.	2
51	Manutenção e ferramentas	614405	5002065	Boroscópio Endoscópio Digital Portatil Referência: Endoscópio/boroscópio digital articulado com tela de 5" Lente de 6,0 mm, Cabo de 1 metro, Resolução (1920x1080p) - Sigma Tools 0810020005	UND.	2
52	Manutenção e ferramentas	311521	5002066	Escada Extensivel Fibra 34 Degraus Escada Extensível Fibra Vazada com 34 degraus com altura de 6 metros fechada e 10,50 metros estendida	UND.	2

ITEM	GRUPO	Cód CATMAT	Cod SAP	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QTDE.
53	Manutenção e ferramentas	484052	5002067	Esmerilhadeira 18V Brushless com 2 Bat Referência: Esmerilhadeira Angular 18v, com 02 Baterias - Makita Dga504z	UND.	2
54	Manutenção e ferramentas	327515	1020547	Fita Adesiva Sinalizacao Zebrada 48mm x 30m Cor / Padrão Visual: Zebrada (listras diagonais alternadas em preto e amarelo), em conformidade com as normas de segurança para indicação de áreas de risco ou atenção. Material do Dorso: Filme de PVC (Cloro de Polivinila)	UNID.	8
55	Manutenção e ferramentas	450848	1020692	Fita Crepe Adesiva 24mm x 50m Referência: Fita crepe 24mmx50m tipo 3M 101 LA	UND.	5
56	Manutenção e ferramentas	626828	1002384	Fita Crepe Adesiva 48mm x 50m Referência: Fita crepe 48mmx50m tipo 3M 101 LA	UND.	5
57	Manutenção e ferramentas	355108	1001202	Fita Dupla Face Fixa Forte Extrema 5kg Tipo Scotch, 20cm suporta 5kg Referência: Scotch 3M	UND.	10
58	Manutenção e ferramentas	418679	1004739	Fita Silver Tape Prata 45mm x 25m Cor prata Referência: Scotch 3M	UND.	50
59	Manutenção e ferramentas	628271	1012820	Furadeira Impacto 3/4 Pol 1010W 220V Furadeira de Impacto Velocidade Variável Reversível 3/4 Pol. 1010W 220V Referência: MAKITA-HP2071	UND.	2
60	Manutenção e ferramentas	610469	5001004	Furadeira Parafusadeira Impacto 18V Furadeira e Parafusadeira de Impacto 1/2Pol. 18V Brushless com 2 Baterias 2,0Ah Carregador Bivolt e Maleta Referência: GSB 185-LI BOSCH-06019K31E5-000	UND.	2
61	Manutenção e ferramentas	600874	1021294	Jogo de Brocas Titânio 100 Peças Maleta Brocas X-Line Titânio Referência: BOSCH-2607017397	UND.	2
62	Manutenção e ferramentas	601980	1012171	Jogo de Chaves de Precisão com 8 Peças Chaves Phillips e Fenda Referência: KINGTONY-32108MR	UND.	4
63	Manutenção e ferramentas	607971	1012171	Jogo Chave Fenda e Phillips Imantada 10Pç	UNID.	2
64	Manutenção e ferramentas	617113	1021295	Jogo de Ferramentas com Maleta 102 Pçs Jogo com 102 Peças e Maleta Faça Você Mesmo Referência: LITH-LT2051	UND.	2
65	Manutenção e ferramentas	630139	1021296	Jogo de Ferramentas Oficina 178 Peças Master com Chaves Combinadas com Catraca - 178 Peças Referência: ROBUST BY GEDORE SOLID-5000R	UND.	2
66	Manutenção e ferramentas	452162	1012597	Jogo de Machos e Cossinetes 32 Peças Referência: VONDER-5399032000	UND.	2
67	Manutenção e ferramentas	301013	1021297	Jogo de Soquetes 1/4 3/8 1/2 172 Pçs Com Encaixe e 172 Peças Referência: GEDORE RED-R45603172	UND.	2
68	Manutenção e ferramentas	323874	1012826	Kit Serra Copo Bimetalica com Maleta Kit com 16 Pecas Referência: Makita D-63993	UND.	2
69	Manutenção e ferramentas	626112	3008071	Jogo Parafuso e Bucha Variados 100 Pçs Conteúdo: 20 parafusos 3,5x25mm; 15 parafusos 4x30mm; 15 parafusos 5x38mm; 20 buchas azuis 5mm; 15 buchas amarelas 6mm; 15 buchas vermelhas 8mm. Referência: Tramontina	UND.	5
70	Manutenção e ferramentas	621084	3008961	Kit Ferramentas Isoladas 1000V 25 Pcs Referência: Sigma Tools 06999940003	UND.	2
71	Manutenção e ferramentas	462877	3002505	Kit Torneiras para Bebedouro Branca/Azul Kit com 2 para Bebedouro IBBL PFN 2000 Branca e Azul	KIT	20
72	Manutenção e ferramentas	471857	1021380	Jogo de Ferramentas Isoladas VDE 8 Pcs Referência: Maleta com Ferramentas VDE H Isoladas EN 60900 com 8 Peças - GEDORE-091910	UND.	2
73	Manutenção e ferramentas	610129	5002049	Megômetro Digital até 750V AC Referência: MINIPA-MI-2552	UND.	2

ITEM	GRUPO	Cód CATMAT	Cod SAP	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QTDE.
74	Manutenção e ferramentas	615294	1018994	Multímetro Digital 6000 Contagens 600V Referência: MINIPA-ET-2042F	UND.	2
75	Manutenção e ferramentas	605479	3008975	Parafuso Auto Brocante 4,2x19mm Especificação: Produto: Parafuso Autobrocante Tipo de Cabeça: Flangeada com fenda cruzada (tipo Phillips). Dimensões: Diâmetro de 4,2 mm x Comprimento de 19 mm. Material / Acabamento: Aço carbono temperado com acabamento zincado/galvanizado (zincado branco) para alta resistência à oxidação e corrosão. Tipo de Ponta: Ponta broca (permite perfurar, atarraxar e vedar/fixar em uma única operação, dispensando pré-furo). Aplicação Principal: Fixação de chapas metálicas, perfis de alumínio, estruturas de drywall, coberturas, calhas e união de chapas de aço finas em geral. Embalagem: Pacote com 500 unidades.	PCT.	10
76	Manutenção e ferramentas	344295	1007565	Radio Bidirecional Walkie Talkie (conjunto com 2 unidades) Referência: Motorola T470 Walk Talk	UND.	2
77	Manutenção e ferramentas	368501	1019046	Regua Graduada Alumínio 60cm / 24pol Especificação: Material: Alumínio anodizado, com alta resistência à corrosão, oxidação e deformações. Comprimento Nominal: 60 centímetros / 24 polegadas. Tipo de Graduação: Dupla escala gravada em milímetros/centímetros (borda inferior) e polegadas (borda superior). Características da Gravação: Escala com gravação em alta definição (por gravação química ou laser) e preenchimento em cor contrastante (geralmente preta) para facilitar a leitura e evitar o desgaste com o uso diário. Acabamento: Bordas retas, polidas e sem rebarbas para garantir precisão no traço e corte; base plana ou com filete antiderrapante para estabilidade.	UND.	2
78	Manutenção e ferramentas	612300	3000055	Silicone Acetico Transparente 300g Especificação: - Composição química: Silicone acético; - Cor: Incolor; - Diâmetro máximo da folga: 6 mm; - Viscosidade: Pastosa; - Embalagem: Cartucho; - Quantidade: 300g.	UND.	5
79	Manutenção e ferramentas	601641	1018778	Trena de Aço 10m x 25mm com Autotrava Trena em Aço Curta 10X25mm com Autotrava, estojo anatômico em ABS com borracha	UND.	2
80	Manutenção e ferramentas	235936	1000013	Spray Desengripante e Lubrificante 300ml Referencia: Wd-40 (similar ou de melhor qualidade)	UND.	5

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À EMBRAPA Agricultura Digital

A Empresa sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc), inscrita no CNPJ/MF sob nº, neste ato representada por, abaixo assinado, propõe à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, a proposta de preços, conforme item 2 do Termo de Referência, nas seguintes condições:

EXEMPLO:

a) Preços:

Item	Descrição do Item	Qtde	Uni. Med.	R\$ Uni.	R\$ Total
01				R\$	R\$
02				R\$	R\$
03				R\$	R\$
R\$ Total					R\$

Valor total da proposta R\$ (valor por extenso)

b) A entrega e instalação dos materiais será feita no local previsto no Edital de referido processo licitatório, sem ônus para a EMBRAPA.

c) Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que o compõem, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, embalagens, seguros, carga e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos serviços desta Licitação.

d) O prazo máximo de entrega dos materiais é de até 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento da Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento (AF).e) Prazo de validade da proposta: **90 (noventa) dias**.

f) Garantia de substituição do produto ofertado em caso de defeito de fabricação

h) Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Dados bancários:

Banco:.....

Agência:.....

Conta-corrente:.....

Nome e Cargo do Representante da Empresa**Identidade nº.**

ANEXO III – MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa

N.º

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, por intermédio de sua Unidade _____, com sede no(a) na cidade de, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 200..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/200..., publicada no de/...../200..., processo administrativo nº, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e suas alterações, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual **aquisição de materiais de consumo (material elétrico, hidráulico, de manutenção e ferramentas), novos e de primeiro uso**, para atendimento das necessidades operacionais, administrativas e finalísticas de pesquisa da Embrapa Agricultura Digital, sediada em Campinas/SP, de acordo com as especificações técnicas, condições, quantidades e padrões de desempenho e qualidade estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do Termo Referencia	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade máxima	Quantidade mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o (nome da Unidade)....
- 3.2. Além da Unidade Gerenciadora, [não há] ou [são] órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- ☐ 4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.
- OU**
- ☒ 4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço;
 - 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado; e
 - 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

- 4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE DA ATA, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no site da Embrapa ou no DOU ou no PNCP (se for o caso), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um)

exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 81 da Lei nº 13.303/2016 ou, no caso de participação de órgão ou entidade da Administração Direta, na forma da Lei nº 14.133, de 2021 (a depender da natureza jurídica do órgão ou entidade envolvida).

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no site da Embrapa ou no PNCP (se for o caso) e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Embrapa convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Embrapa, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do Inciso VI do art. 81 da Lei nº 13.303/2016;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no Termo de Referência de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 81 da Lei nº 13.303/2016 e art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 (a depender da natureza jurídica da entidade envolvida).

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas no edital, na Lei nº 13.303/2016 e Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 81 da Lei nº 13.303/2016 e art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 (a depender da natureza jurídica da entidade envolvida).

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista no inciso III do art. 83 da Lei nº 13.303/2016 ou nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021 (a depender da entidade aplicadora da sanção).

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista no inciso III do art. 83 da Lei nº 13.303/2016 ou nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021 (a depender da entidade aplicadora da sanção), caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidades participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO ao Edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em ____ (____) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO**DECLARAÇÃO SOBRE IMPEDIMENTOS DA LEI Nº 13.303/2016**

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa _____, da qual somos representantes credenciados, não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

_____, ____ de _____ de ____.

Assinatura do representante legal da Empresa

ANEXO V – Instrumento de Contratação

Autorização de Fornecimento de BENS/MATERIAIS/EQUIPAMENTOS (SEI nº 10355991)

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO

Nº do Processo SEI: _____

Data de emissão: _____

Hipótese legal:

☐ Pregão Eletrônico N.º ____/____ - IV do art. 32 da Lei 13.303/2016 ☐ SRP N.º ____/____ - art. 66 da Lei 13.303/2016☐ Dispensa de Licitação N.º ____/____ - ____ do art. 29 da Lei 13.303/2016☐ Inexigibilidade de Licitação N.º ____/____ - ____ do art. 30 da Lei 13.303/2016**1.1. Amparo Legal:** Lei 13.303/2016, Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 e art. 122 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa - RLCC, em especial, as disposições constantes de sua Seção I - do anexo I.**1.2. Vinculação:**1.2.1. Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, parte integrante deste instrumento e disponível no endereço eletrônico <https://www.embrapa.br/acessoainformacao/licitacoes-e-contratos> e também por meio do [link para acesso direto ao documento](#).

1.2.2. Termo de Referência, Anexo 1 do presente instrumento.

2 - IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATANTE

Razão Social: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**Nome Fantasia:** Embrapa Agricultura Digital**CNPJ:** 00.348.003/0116-60**Inscrição Estadual:** 244325440115**Endereço:** Avenida André Tosello, 209, Cidade Universitária "Zeferino Vaz" – Campus da Unicamp, bairro Barão Geraldo.**Cidade/UF:** Campinas/SP**CEP:** 13.083-886**Telefone:** (19) 3211-5700**Contato:** _____**E-mail:** cnptia.sps@embrapa.br

3 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATADO

Razão social: _____**Endereço:** _____**CEP:** _____**Cidade:** _____**CNPJ/MF:** _____**FONE/FAX:** _____**E-mail:** _____**Site:** _____**DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PELA EMPRESA E ASSINATURA DO CONTRATO****NOME:** _____**RG:** _____**CPF:** _____**DADOS BANCÁRIOS:** _____

4 - OBJETO E VALOR

4.1. O presente instrumento tem por objeto _____, deverão ser fornecidos conforme quantidades, especificações e condições gerais contidas no Termo de Referência.

4.2. Descrição do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	_____	Unidade	_____	R\$ _____	R\$ _____
Total					R\$ _____

Valor Total por Extenso: R\$ _____

5. INFORMAÇÕES FINANCEIRA

UG ORÇAMENTÁRIA	NOTA DE EMPENHO	FONTE	QUANTIDADE	PTRES	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL/ND	VALOR
135027	Nota de Empenho (SEI nº _____)	_____	_____	_____	_____	R\$ _____

6 - DADOS PARA FATURAMENTO:

Razão Social: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**Nome Fantasia:** Embrapa Agricultura Digital**CNPJ:** 00348003011660**Inscrição Estadual:** 244325440115**Endereço:** Avenida André Tosello 209 Campus da Unicamp Barão Geraldo**Cidade/UF:** Campinas/SP**CEP:** 13083-886**Telefone:** (19) 3211-5700 - 5792**Contato:** Marcos Fernandes / Silvia / Joel

E-mail para envio da Nota Fiscal - Arquivo XML- Declaração do Simples: cnptia.sof@embrapa.br

6.1.1. Anotações obrigatórias que deverão constar na Nota Fiscal/Fatura: Número da conta corrente, nome e código da agência e do banco do CONTRATADO.

7. DA ENTREGA:

Local de entrega: Almoxarifado da Embrapa Agricultura Digital

CEP: 13083-886

Contato:

Horário: Das 8h00 às 11h30 e das 13h00 às 16h30

Prazo de entrega: Em até 30 dias corridos, a contar da assinatura desta Autorização de Fornecimento pelo contrato.

7.1. O presente instrumento poderá ter sua vigência alterada, observado o artigo 135 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

7.2. Caso o atraso na execução decorra de ação ou omissão do CONTRATADO, a prorrogação não prejudicará a abertura de Processo Administrativo de Apuração (PAA), se for o caso.

7.3. Caso haja necessidade de prorrogação do prazo de vigência estipulado no quadro acima, o CONTRATADO deverá enviar, para o e-mail **cnptia.sps@embrapa.br**, no prazo máximo de **05** dias que antecedem o fim da vigência do presente instrumento, pedido formal de prorrogação de prazo assinado pelo representante legal da empresa, com os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo e a documentação comprobatória.

7.4. O processo administrativo de prorrogação, deverá observar, ainda, as disposições constantes do item 7 da Seção I do anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Pagamento: **até 30 dias corridos**, após a efetiva entrega do(s) material(ais)/equipamentos, comprovados mediante o correspondente documento fiscal.

8.2. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, em depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pelo CONTRATADO.

8.3. Por ocasião do processamento do pagamento, constatando-se incorreção nos documentos apresentados, especialmente na Nota Fiscal/Fatura discriminativa, estes serão restituídos para as correções pertinentes. O prazo de pagamento será integralmente restituído e somente terá reinício após a entrega dos documentos devidamente sanados, não respondendo a Embrapa por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação.

8.4. A Embrapa promoverá, quando for o caso, a retenção de impostos/taxas/contribuições, na forma da legislação vigente.

8.5. O CONTRATADO deverá enviar para o e-mail relacionado no item 6 a declaração a ser apresentada pela pessoa jurídica (original) assinada e com a identificação do representante legal conforme anexo II, III e IV da IN RFB1234/2012 e suas alterações (se for o caso) que dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta, autarquias e fundações federais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços. (Art. 6º IN RFB 1234/2012)

8.5.1. Caso não seja apresentada a Declaração citada, será feita a retenção tributária devida.

8.6. O recebimento do equipamento ou material fica condicionado ao prévio envio do arquivo XML pelo fornecedor para o e-mail relacionado no item 6, conforme Cláusula Primeira do Ajuste SINIEF 08/2010.

8.7. Aplica-se, ainda, as condições de pagamento constantes do item 2 da Seção I do anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

9. GARANTIA

☒ Não haverá exigência de garantia para a presente contratação.

☐ Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do *Termo de Referência*, que é parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, bem como o item 4 da Seção I do anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

10. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1. As condições gerais de execução estão disciplinadas expressamente no item 1 da Seção I do anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. Dar integral cumprimento a sua proposta e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

11.2. Cumprir o(s) prazo(s) de entrega previsto(s) no item 7 deste instrumento contratual.

11.3. Manter durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

11.4. Fornecer equipamentos/materiais/produtos de primeira qualidade e de acordo com as especificações e condições adequadas para seu uso, entregando-os nos endereços indicados e na forma e condições estabelecidas no *Termo de Referência*.

11.5. Prestar, sempre que consultado, todos os esclarecimentos solicitados pela Embrapa relacionadas à contratação.

11.6. Atender pronta e imediatamente às reclamações que porventura lhes forem apresentadas.

11.7. Comunicar à Embrapa, por escrito, justificadamente, todas as ocorrências decorrentes de qualquer irregularidade detectada, especialmente por ocasião da entrega dos equipamentos/materiais/produtos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da ocorrência.

11.8. Comunicar à Embrapa, com antecedência, qualquer problema retardador ou que impossibilite a execução contratual segundo os requisitos estabelecidos ou de atendimento dos prazos programados. Esta comunicação não impedirá a aplicação de penalidades, mas sua ausência poderá ser motivo de agravamento das penas impostas.

11.9. Entregar Termo de Garantia dos produtos/materiais/equipamentos fornecidos, que deverá estar de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

11.10. Substituir os produtos/materiais/equipamentos que apresentarem defeitos dentro do prazo de validade e da garantia, no prazo estabelecido na notificação da Embrapa.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O descumprimento, por parte do CONTRATADO, das obrigações contratuais assumidas ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

a) advertência, por escrito, sempre que forem constatadas falhas de pouca gravidade;

b) pelo atraso na entrega do objeto descrito no item 4 do presente instrumento, em relação ao prazo estipulado, sujeitar-se-á o CONTRATADO ao pagamento de multa de mora calculada à razão de 1% (um por cento) ao dia (dia corrido), sobre o valor da entrega fora do prazo previsto, até o limite de 30%, o que poderá levar à rescisão deste Contrato, com aplicação das demais penalidades decorrentes;

a.1) Sem prejuízo das multas moratórias já incorridas, com o acolhimento das justificativas apresentadas e no interesse exclusivo da Embrapa, o Gestor poderá decidir pela manutenção contratual, ainda que atingido o limite fixado na alínea "a", deste subitem. Neste caso, o Gestor contratual deverá fixar prazo adicional.

a.2) descumprido o prazo adicional fixado, sem que tenha ocorrido o fornecimento, será considerado inadimplemento total do objeto, com a consequente rescisão contratual e aplicação de multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do item não entregue;

c) pela não entrega do objeto descrito no item 4 do presente instrumento, caracterizada por atraso igual ou superior a 30 (trinta) dias sem que haja manifestação aceita pela CONTRATANTE ou por qualquer outra infração que leve à rescisão contratual sujeitar-se-á o CONTRATADO, além da multa de mora apurada, ao pagamento de multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste Contrato;

- d) entregar os equipamentos/produtos/materiais fora das especificações constantes do *Termo de Referência*: até 20% (vinte por cento) do valor global da proposta, para cada evento.
- e) ocorrência de qualquer outro tipo de inadimplência não abrangido pela alínea anterior: até 10% (dez por cento) do valor global da proposta, para cada evento.
- 12.2. Sem prejuízo das multas e demais penalidades cabíveis, a depender da gravidade da conduta punível, o CONTRATADO poderá ser penalizada com sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Embrapa, de que trata o inciso III, art. 83, da Lei n.º 13.303/16, por até 2 (dois) anos;
- 12.3. A penalidade de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Embrapa também poderá ser aplicada às sociedades ou profissionais que:
- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Embrapa em virtude de atos ilícitos praticados.
- 12.4. As multas acima estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 30% (trinta por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
- 12.5. As sanções de natureza pecuniária serão executadas observando-se a seguinte prioridade: a) Recolhidas à Conta Única da da União, por meio de GRU, espontaneamente; b) executadas das garantias prestadas; c) compensadas com créditos que, eventualmente, o CONTRATADO tenha a receber; d) formas de cobrança previstos em Lei.
- 12.6. A Embrapa poderá combinar os métodos de liquidação das penalidades pecuniárias, visando a integralidade dos valores devidos e poderá reter créditos suficientes para o pagamento de eventuais multas e penalidades pecuniárias, até que seja concluído o processo de aplicação de penalidades.
- 12.7. As penalidades previstas não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devida e formalmente justificados e comprovados.
- 12.8. Constatada a prática de ato lesivo à Embrapa, pela configuração de uma das condutas tipificadas no inciso IV do art. 5º da Lei 12.846/2013, haverá a responsabilização administrativa, na forma dos arts. 6º e 7º da 12.846/2013.

13. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO - PAA

- 13.1. Constatada a ocorrência de quaisquer infrações às obrigações assumidas por força deste instrumento, a Embrapa adotará o procedimento de acordo com o Capítulo X do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios, disponível no endereço eletrônico <https://www.embrapa.br/acessoainformacao/licitacoes-e-contratos> e também por meio do [link para acesso direto ao documento](#).

14. EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 14.1. O presente instrumento poderá ser extinto de acordo com o item 6 da Seção I do anexo I do [Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa](#), nas hipóteses previstas na legislação, bem como nas hipóteses previstas no Termo de Referência.

15. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 15.1. As regras sobre proteção de dados pessoais estão disciplinadas na forma do item 8 da Seção I do anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

16. COMPLIANCE

- 16.1. As partes neste ato declaram e se comprometem a observar todas as leis, regras, regulamentos, acordos e convenções aplicáveis ao presente instrumento e suas atividades, em especial a legislação de defesa da concorrência e de combate à lavagem de dinheiro (Lei nº 12.529, de 30.11.2011) e à corrupção (Lei nº 12.846, de 01.08.2013), os princípios administrativos, bem como a agir com honestidade, lealdade, integridade e boa-fé, evitando conflitos de interesse no âmbito do presente instrumento.
- 16.2. Adicionalmente, as partes, sem prejuízo das legislações aplicáveis, se comprometem a observar e respeitar as seguintes vedações abaixo transcritas:
- I - Alterar, deturpar, subtrair ou eliminar o teor ou a íntegra de documentos que devam ser encaminhados para providências, assim como interferir na integridade de informações sob sigilo, ocultar, danificar ou eliminar documentos ou informações ou negar-se a fornecê-las quando requisitadas, salvo nas hipóteses previstas em Lei, não se isentando da devida justificativa.
- II - Divulgar resultados de pesquisa em andamento em prejuízo de processos de proteção do conhecimento ou dar publicidade a resultados ainda não validados de pesquisa, salvo em casos previamente autorizados.
- III - Retirar, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro, tecnologia ou bem pertencente ao patrimônio da empresa.
- IV - Fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, amigos ou terceiros.
- V - Apoiar ou ter participação em quaisquer ações que atentem contra a ética, moral, honestidade ou dignidade da pessoa humana ou vincular seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.
- VI - Permitir o acesso de pessoas estranhas às dependências internas da(s) outra(s) parte(s), sobretudo às instalações de acesso restrito.
- VII - Promover práticas que coloquem em risco o meio ambiente.
- VIII - Praticar atos que caracterizem concorrência desleal.
- 16.3. As partes declaram conhecer, sem limitação, a proibição de qualquer forma de trabalho escravo, forçado ou análogo, trabalho infantil, a preservação do meio ambiente, o cumprimento de normas de saúde e segurança do trabalho, assim como o respeito aos consumidores, empregados, prestadores de serviços e às comunidades estabelecidas nos locais onde as partes desenvolvem suas atividades.
- 16.4. O presente instrumento poderá ser rescindido imediatamente, independentemente de notificação prévia, em caso de descumprimento de qualquer das disposições previstas nesta Cláusula.

17. DA CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA

- 17.1. As Partes reconhecem como válida e plenamente eficaz a presente contratação por meios eletrônicos e digitais, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

18. DA PUBLICAÇÃO

- 18.1. O extrato do presente Contrato será levado à publicação no Diário Oficial da União, pela Embrapa, na forma do § 2º do artigo 51 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016.

19. FORO

- 19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Circunscrição Judiciária de **Campinas/SP**, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento, na data constante da última assinatura das Partes.

Pela **EMBRAPA**

[assinado eletronicamente]

Nome
Matrícula:
Chefe Geral

[assinado eletronicamente]
Nome
Matrícula:
Chefe Adjunto de Administração

Pelo **CONTRATADO**

[assinado eletronicamente]
FORNECEDOR
Representante Legal

Testemunhas:

[assinado eletronicamente]
Nome
Matrícula:

[assinado eletronicamente]
Nome
Matrícula:



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Caputi, Chefe-Adjunto**, em 16/06/2026, às 15:32, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **13693035** e o código CRC **A16AB068**.